

O Salto

VASCO MC MARTINS

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - PARIS 11 - C.C.P. « O Salto » 56 2685 PARIS - MENSUEL - 0,8 DM - 0,8 FL - 10 FB - 1 F

editorial

HÁ QUE CONTINUAR

Quando em Fevereiro último, a 1ª Reunião Inter-Associativa decidiu formar o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, como a primeira etapa da construção da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, os clubes presentes a essa reunião foram unânimes em afirmar que, uma das nossas tarefas principais era a realização da Taça da União. Isto, devido ao facto de uma grande maioria de clubes se dedicar quase em exclusivo à prática do futebol e também porque o desporto pode ser um óptimo meio de estreitar os laços de amizade entre todos nós.

Estamos no fim da Taça da União de 1972 e pode desde já dizer-se que a decisão da 1ª R.I.A. foi correcta e deu os frutos que todos nós desejávamos. Por um lado, clubes ainda em formação puderam trocar experiências com outros clubes com já alguns anos de existência, entreajudando-se, procurando a melhor forma de se organizarem e estruturarem. Por outro lado, a resolução conjunta dos problemas, a livre discussão e votação, o acérrimo combate ao vedetismo e à cega e fanática competição fizeram com que hoje os jogadores, clubes e associados tenham dado um passo em frente no longo caminho que temos a percorrer para atingir a União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

É certo que nem sempre os nossos desejos são conformes à realidade, e a experiência da Taça da União de 1972, mostra que ainda há muito a fazer quer no aspecto associativo quer no aspecto puramente desportivo.

Será, pois, necessário lutar para que os nossos desejos se tornem uma realidade, e neste sentido devemos combater firmemente o espírito derrotista que tantas vezes impede um clube de fazer os esforços necessários para se aperfeiçoar.

A PROVA CONCRETA

A Taça da União veio também mostrar que a política dos Bancos, Consulados e Agências que pretendem pôr a pata sobre os clubes é um fiasco. A sua política de rapina através de « ofertas e persuassões » não consegue nem conseguirá des-

(Continua na pag. 6)

ROMPENDO O MURO DA CENSURA FASCISTA

A PROPÓSITO DESTE ARTIGO LER O AVISO

PAG. 8

OS DIREITOS DOS JOVENS QUE NÃO FIZERAM A TROPA

OS ACORDOS DA EMIGRAÇÃO

Como já enunciamos, os acordos sobre a emigração foram assinados em Lisboa, a 29 de Julho de 1971, e publicados no jornal oficial, a 31 de Outubro. Após um período de transição de um ano, entrarão em vigor, definitivamente, no dia 1 de Setembro de 1972.

O Acordo estipula, no seu artigo 1, do título I, que, a partir de 1 de Setembro de 1972, só poderão regularizar a sua situação como emigrantes económicos em França, os indivíduos munidos dum passaporte de emigrante passado pelas autoridades fascistas portuguesas.

Propomo-nos aqui estudar a situação em que os jovens que não fizeram a guerra se encontrarão após a entrada em vigor dos referidos acordos.

100 000 NA EUROPA 70 000 EM FRANÇA

A emigração económica veio juntar-se, a partir do começo da guerra colonial, isto é, em 1961, à saída massiva de Portugal de dezenas de milhares de jovens desertores, refractários e insubmissos ao exército fascista da burguesia portuguesa.

De 1961 a 1970, o número total de indivíduos entre os 18 e os 25 anos que abandonaram o país é calculado em cerca de 100 000, encontrando-se em França a maior parte - 70 000*.

Para fazermos uma pequena ideia da verdadeira dimensão desta recusa em fazer a guerra colonial, vejamos os números correspondentes à emigração portuguesa para França no ano de 1970:

- de 88 375 emigrantes, 19 996 eram menores de 23 anos.
- dos menores de 23 anos, 17 334 contavam entre 18 e 23 anos.

Como se conclui, entraram em França 17 334 indivíduos directamente ameaçados pela mobilização nas fileiras do exército colonial português.

O governo de Salazar e, mais tarde, o do seu fiel discípulo Caetano procuraram sempre e de todas as formas opor-se a esta recusa massiva de servir como instrumento de opressão dos heróicos povos das colónias. Esta recusa talvez não tenha precedente na história das guerras coloniais. Ao tentarem passar a fronteira, a salto, foram presos e selvaticamente espancados pela Pide-DGS centenas de jovens; muitos outros pagaram com a vida a sua justa atitude.

UMA MÃO DE OBRA BARATA

A maioria dos jovens portugueses desertores, refractários e

insubmissos puderam, no passado, regularizar a sua situação em França a título de emigrantes económicos.

O capitalismo francês conhe-

ceu, nos anos 50, um grande impulso industrial, necessitando portanto de uma mão-de-obra abundante e barata. Eis aqui o principal factor que explica a

« tolerância » com que as autoridades francesas viram chegar estes milhares de jovens refugiados.

Os que se dirigiram para outros países capitalistas como a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, etc., encontraram muitas mais dificuldades para aí regularizarem a sua estadia. Estes países, em princípio, só admitiam a estadia dos emigrantes económicos legalizados pelas autoridades fascistas portuguesas, isto é, indivíduos munidos do passaporte de emigrante.

Nestes países, para que a sua estadia fosse admitida os desertores, refractários e insubmissos portugueses tinham que apresentar um pedido de refúgio político. Mas, por razões que veremos mais adiante, os governos destes países nunca reconheceram no acto de recusa à guerra colonial um acto político. Assim, inúmeras dificuldades eram postas à regularização da situação dos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses, o que explica a « preferência » da França como país de refúgio.

OS SALVO-CONDUTOS DE HENDAYE

Os acordos têm como principal objectivo impedir a entrada em França dos jovens que não querem participar na guerra colonial. A prova clara do que afir-

(Continua na pag 8)

APOIO EM FRANÇA

Os jovens portugueses que venham para França, ou que já cá estejam, têm ao seu serviço várias organizações cujo objectivo é orientá-los e defender os seus direitos. Essas organizações, contam com o apoio de largas camadas da opinião pública francesa. A prová-lo, está a resolução votada no dia 25 de Maio, em Paris, por uma numerosa assembleia de progressistas, que afirmam, nomeadamente, que os jovens portugueses que se recusam a fazer a guerra colonial, devem ter direito à carta de estadia como refugiados políticos e onde é proposta a formação de um comité de apoio aos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses.

A partir dessa assembleia tem-se formado vários comités de apoio, aonde todos aqueles que tenham problemas de renovação de carta de estadia, de trabalho, de regularização da sua situação em França, e que não tenham cumprido ainda o seu serviço militar, se devem dirigir. Estes comités contam com a colaboração de vários advogados que, na maioria dos casos, defendem gratuitamente os jovens que não fizeram a tropa. Contacta pois um dos Comités de apoio:

COMITÉ DE APOIO DE BELLEVILLE
AOS JOVENS DESERTORES, REFRACTÁRIOS
E INSUBMISSOS PORTUGUESES
127, Rue St. Maur - Mt. Parmentier

FINAL DA TAÇA DA UNIÃO



TAÇA DA UNIÃO
União das Juventudes Portuguesas
de Esch (Luxemburgo)

PRÉMIO DE DESPORTIVISMO
« Sport Paris » do 17 ème
(França)

TAÇA DA AMIZADE
Encontro Português de Puteaux
(França)

* NOTA :
Torna-se difícil o cálculo exacto do número de refugiados, pois a maior parte das estatísticas não inclui a emigração clandestina.

noticiário internacional

ENTREVISTA COM AL-FATH

O Salto - Qual o principal objectivo da revolução palestina- na ?

Representante da Al Fath - A revolução palestina visa em primeiro lugar, a libertação do nosso território nacional, presentemente ocupado pelos sionistas e por eles transformado numa base militar e política do imperialismo americano.

□ - Quais os aliados do povo palestino na sua luta pela libertação nacional ?

○ - A luta de libertação nacional do povo palestino é parte integrante da corrente revolucionária anti-imperialista que hoje sacode o mundo. O combate do povo palestino, dos outros povos árabes, dos povos do Vietnam, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e de todos os outros povos revolucionários do mundo é um único e mesmo combate. As aspirações de todos os povos são comuns - viverem livres de toda qualquer interferência estrangeira -, os nossos inimigos também são comuns - o imperialismo mundial e todos os seus lacaios. Assim, o povo palestino é apoiado por todas as verdadeiras forças anti-imperialistas do mundo, apoiando, por sua vez, essas mesmas forças.

□ - Quais os objectivos do sionismo ?

○ - Oficialmente, o sionismo tem por fim a criação dum Estado onde todos os judeus poderiam viver livres das perseguições racistas de que são vítimas.

Mas, qual é a verdadeira face do sionismo? São os próprios factos que a mostram: tomando como justificação a criação de tal estado judaico, os sionistas invadiram a Palestina pela força das armas expulsando o nosso povo das terras onde vivia desde há séculos, fechando-o em campos de concentração e cometendo contra ele os mais variados e odiosos crimes.

Como vemos, o objectivo real do sionismo foi a criação duma base militar e política imperialista numa região árabe rica em petróleo e estrategicamente im-

portante, quer dum ponto de vista político, quer dum ponto de vista puramente militar.

□ - Qual a posição da Al Fath perante os outros habitantes da Palestina ?

○ - Nós não confundimos os outros habitantes da Palestina com os sionistas que se servem dos seus sofrimentos passados e presentes para justificar a sua política imperialista.

A 1 de Janeiro de 1969 a Al Fath declarou, solene e publicamente, que os refugiados judeus poderiam ficar numa Palestina livre, mas que para tal seria necessário que o povo palestino refugiado pudesse voltar para o seu país. Seria então criado um Estado democrático onde judeus e palestinos teriam os mesmos direitos.

Evidentemente que um tal Estado não poderia ser uma base imperialista. Eis pois a razão que leva os sionistas, apoiados política e materialmente pelos americanos e todos os reaccionários do mundo a rejeitarem esta justa proposta da Fath e a prosseguirem a sua criminoso política de opressão.

□ - Quais as etapas por que já passou a revolução palestina.

○ - O povo palestino lutou pela liberdade contra os colonialistas turcos antes da 1.ª Grande Guerra Mundial. De facto, os sionistas já em 1905 tentaram obter o acordo dos turcos para conquistarem a Palestina, tendo a nossa guerra de resistência sido conduzida simultaneamente contra os colonialistas turcos e sionistas.

Mais tarde, quando os ingleses após o termo da guerra de 1914-1918 se servem dos sionistas para tentar expulsar-nos das nossas terras e assim poderem realizar livremente os seus objectivos de rapina, nós fomos de novo obrigados de 1922 a 1935 a empunhar as armas. Por esta altura, os operários, camponeses e outros patriotas conduziram uma luta firme e corajosa contra todos os seus inimigos incluindo a burguesia e os proprietários rurais palestinos que estavam dispostos a trair o nosso povo e a conciliar-se vergonhosamente com os invasores. Mas a burguesia e os latifundiários palestinos, tendo à sua cabeça o grande «mufti» (patriarca muçulmano) de Jerusalém, conseguiu tomar a direcção do movimento das massas populares que estava a tornar-se demasiado perigoso para os seus próprios privilégios.

Em 1947, os sionistas conseguem formar, com a cumplicidade da polícia secreta inglesa, o seu exército. Imediatamente os estados árabes vizinhos enviam as suas forças armadas geralmente comandadas por oficiais ingleses para a Palestina. Tais for-

ros combatentes da causa da libertação nacional, ganham de novo a esperança em viver um dia livres na sua terra e compreendem que só conseguirão realizar o seu sonho se se baterem e aceitarem os sacrifícios exigidos pela luta armada.

Mais uma vez, em 1967, os exércitos dos estados árabes mostram a sua incapacidade em vencerem os agressores sionistas. Em compensação, alguns meses mais tarde do fim da guerra os fedayin (guerrilheiros palestinos) derrotaram os soldados sionistas em Karamé.

Até Julho de 1971, tivemos a possibilidade de nos organizar legalmente na Jordânia, mas depois dos massacres de palestinos levados a cabo pelo exército do rei Hussein todas as nossas actividades tiveram que passar a ser clandestinas. É só no sul do Líbano que nós mantemos ainda forças armadas livres com o consentimento do governo libiano.

□ - O que é o plano Hussein ?

○ - O plano Hussein propõe que o exército sionista mantenha o controle sobre todo o território palestino que conquistou, mas que as regiões ocupadas pelos sionistas durante a chamada Guerra dos Seis Dias continuem povoadas, em parte, pelo nosso povo. Hussein seria também rei dos palestinos e, evidente-

mente, a sua polícia colaboraria intimamente com a polícia sionista com o objectivo de aniquilar a nossa resistência popular.

□ - Como se explica o facto dos sionistas não terem aceite o plano Hussein ?

○ - Tal recusa é ilusória. Devido à reacção extremamente violenta do nosso povo e da opinião pública internacional aos planos de traição de Hussein, os sionistas, para não perderem a face, fingiram não estar de acordo. Esse pseudo-desarcode não passa duma tática que visa adormecer a nossa vontade de continuar a luta, e criar ao nosso povo ilusões sobre o carácter criminoso do rei da Jordânia.

É necessário lembrar que Hussein e os sionistas estiveram de acordo para organizar uma mascarada a que deram o nome de « eleições municipais ».

Qual o verdadeiro objectivo dos reaccionários ao organizarem tais « eleições » senão tentar fazer crer ao nosso povo que a presença do exército sionista não impede uma vida « normal »? Os factos estão à vista: uma região com meio milhão de habitantes, só 18 mil pessoas tinham o direito a voto.

□ - Quais as relações entre a luta do povo palestino e a luta do povo português ?



Milhões de palestinos foram expulsos das suas terras pelos imperialistas sionistas. Na foto: posto sanitário num campo de refugiados.

○ - 1) O povo palestino luta contra o sionismo que é um dos aliados mais seguros dos colonialistas portugueses. Ora, a libertação dos povos das colónias portuguesas é muito importante para o nosso povo.

2) O povo palestino luta na vanguarda da revolução árabe que interessa directamente os povos do sul da Europa.

3) Como disse no início da nossa conversa, as lutas do povo palestino e do povo português, assim como dos povos de todo o mundo, são expressão dum mesmo combate que tem um mesmo ideal e os mesmos inimigos.

OS DIREITOS DOS JOVENS...

(Continuação da pag. 1)

mamos é o facto de que, a partir de Fevereiro deste ano, ainda portanto no período de transição, muitos dos menores de 21 anos que se apresentaram na fronteira de Hendaye foram escoraçados pelas autoridades francesas.

É por esta altura que aparece também a obrigatoriedade de, para se regularizar a situação em França, se ser portador de um salvo-conduto passado em Hendaye.

Já a 6 de Janeiro, o perfeito de Isère, Jean VAUDEVILLE, enviava aos presidentes das câmaras e comissariados da polícia da região um comunicado em que era dito:

« Só poderão ser regularizados os trabalhadores portugueses de 21 a 50 anos que sejam portadores de um passaporte ou de salvo-conduto passado no posto fronteiriço de Hendaye.

Os salvo-condutos serão recebidos pelo comissariado da polícia ou pela câmara e serão incluídos no « dossier » de pedido da carta de estadia. »

Os presentes acordos são, pois, sem qualquer dúvida, um apoio directo à guerra colonial portuguesa e impediram já a entrada em França de muitos jovens que, na maioria dos casos, foram engrossar as fileiras do exército opressor português.

TEMOS DIREITO A FICAR !

Mas será que, frente a estes acordos, os jovens desertores, refractários e insubmissos estão desarmados? Será que, para além de tentarem impedir a entrada desses jovens, vão também expulsar os que já cá estão? Estas são algumas das perguntas que muitos se põem e que vamos tentar responder.

Os acordos não focam, em parte alguma, o caso dos jovens que já se encontram em França. Assim, aqueles que já regularizaram a sua situação estão sujeitos às mesmas leis que regulamentam a estadia dos demais emigrantes e devem gozar, como adiante veremos, dos direitos de quem se recusou a fazer uma guerra colo-

nial.

Nós sabemos que na perfeitura, no trabalho e sobretudo nos Consúlados nos dizem constantemente que os jovens desertores, refractários e insubmissos vão ser expulsos de França. Tal não é mais do que uma ameaça fascista para os amedrontar e obrigar a partir. A estas ameaças devem os jovens responder conhecidos dos seus direitos.

Nenhum jovem, tendo já a sua situação regularizada em França, pode ser expulso por se ter recusado a fazer a guerra colonial.

TEMOS O DIREITO A VIR PARA FRANÇA

A maioria dos países para onde se dirigiram e dirigem os jovens portugueses que se recusaram a entrar no exército ou desertaram (França, Alemanha, Holanda, Bélgica) assinaram, no quadro da O.N.U., um acordo, a Convenção de Genebra, que estabelece que têm direito a receber uma carta de estadia como refugiado político todo aquele que tenha abandonado o seu país por recear « ser perseguido devido à sua raça, a sua religião, a sua nacionalidade, por pretender a determinado grupo social ou pelas suas opiniões políticas ».

Este título de refugiado político dá direito ao seu portador de adquirir, automaticamente, além duma carta de estadia, uma carta de trabalho e a certeza de que em caso algum, será expulso para o seu país de origem.

UM ACTO POLÍTICO

Ora, a recusa em participar numa guerra colonial, que tem objectivos políticos e é conduzida contra movimentos de libertação nacional, é um acto político.

Esta recusa é de facto um acto de oposição à política colonial da burguesia portuguesa e um apoio à luta anti-colonial e anti-imperialista dos povos sob o domínio colonial português. Esta recusa deve, pois, ser considerada como acto político que dá direito a uma carta de estadia de refugiado, nos países que assinaram

a Convenção de Genebra.

Daqui se conclue que todo o indivíduo desertor, refractário ou insubmisso tem o direito de exigir, seja à entrada seja já no interior do país de sua escolha, uma carta de estadia como refugiado político, alegando que a recusa em fazer a guerra colonial, é um acto político.

OS REFUGIADOS NÃO ESTÃO SÓS

Os jovens que se recusaram a servir os interesses da burguesia portuguesa nas colónias não estão sós.

Os jovens que se recusaram a servir os interesses económicos e políticos do imperialismo internacional em África não estão sós. De facto, eles contam com o apoio dos povos de todo o mundo e, em particular, com o apoio do nosso povo trabalhador e dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Na própria O.N.U., a guerra colonial, levada a cabo pelo governo fascista português, foi já, por várias vezes, objecto de condenações; devido à pressão dos povos de todo o mundo, estas condenações tornam-se cada vez mais violentas, encontrando-se assim os colonialistas portugueses e todos os imperialistas que os apoiam numa situação de progressivo isolamento.

Nestas circunstâncias, o apoio internacional à luta dos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses pelo refúgio político reveste-se e revestir-se-á para nós de uma grande importância.

Nós apelamos para que os movimentos de libertação nacional das colónias portuguesas, os governos progressistas dos estados membros da O.N.U., apoiados por todos os povos revolucionários do mundo, exijam que o direito ao refúgio político seja concedido a todos os desertores, refractários e insubmissos portugueses. Se assim agirem, poderão estar certos de que estão a contribuir directamente para a vitória da justa e gloriosa causa de libertação nacional dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.



Os heróicos combatentes palestinos libertarão a sua pátria

portante, quer dum ponto de vista político, quer dum ponto de vista puramente militar.

□ - Qual a posição da Al Fath perante os outros habitantes da Palestina ?

○ - Nós não confundimos os outros habitantes da Palestina com os sionistas que se servem dos seus sofrimentos passados e presentes para justificar a sua política imperialista.

A 1 de Janeiro de 1969 a Al Fath declarou, solene e publicamente, que os refugiados judeus poderiam ficar numa Palestina livre, mas que para tal seria necessário que o povo palestino refugiado pudesse voltar para o

ESCLARECIMENTO A UM COLABORADOR DO «NOTÍCIAS DA AMADORA»

O semanário *Notícias da Amadora* inseriu no seu número de 6 de Maio último um artigo intitulado « Associações, Jornais, Máfia & C^a », da autoria de Soeiro Sarmiento. O artigo, no seu total, con-

sideramo-lo positivo, e reproduzimo-lo na íntegra, reservando-nos no fim ao direito de dar uma resposta às críticas e às questões postas pelo articulista.



No seio da emigração portuguesa em França não existe um espírito de comunidade e as associações que foram criadas revestem-se, na maioria dos casos, dum espírito lucrativo nada tendo de comum nem com os interesses dos emigrantes nem com qualquer objectivo de promoção ou animação cultural e popular.

Existiam associações como a A.N.P.F. (dependente dum banco, onde estava instalada) e que faliu porque o sr. Afonso Monteiro & C.^a ficou a dever cerca de 1 000 contos ao dito Banco e outro tanto ao Consulado Geral de Paris.

Existem jornais portugueses, como o «Correio Português» (da defunta A.N.P.F.), «Portugal Popular», a «Voz de Portugal» (de Silva Martins, que fusionou com o «Emigrante»), «Notícias de Portugal» (do «jornalista» Artur de Oliveira, que está em apuros porque publicou um jornal «trágico-cómico-político» que se edita em Paris sob a direcção do «escritor Manuel Rio», uma carta insultuosa contra um dos seus comparsas, o sr. Pardal, actual director do «Portugal Popular»), «O Emigrante» de Clermont-Ferrant (órgão português da Igreja integrista), «O Mensageiro» (que ficou pelo 3.º número...)

Quase todos estes jornais encobrem ou tentam encobrir «serviços sociais e jurídicos» que são uma forma de viver à custa da bolsa do emigrante, dizendo estar ao seu serviço. Tal jornal fazia traduções de documentos oficiais, explorando o emigrante dum forma simples: pagavam-se do custo da tradução mais 10 ou 20 francos para despesas do correio (1 franco = 5 escudos). Outro jornal arranjava contratos-fantasma, passaportes «com um geito». Um outro tinha uma cunhas no «Consulado» e «fazia uns preços não muito elevados... era só para pagar o trabalho do funcionário e o resto era para as deslocações!»

Além disso, estes jornais têm subsídios. Ainda recentemente o sr. dr. Saaraga Leal reconhecia a sua mediocridade, mas o Secretariado Nacional da Emigração tenta dar-lhes uma ajuda para que se tornem «órgãos mais capazes».

Existem também as «Equipas Franco-Portuguesas» a que nos referiremos mais longamente e está em projecto um «Centro Cultural Português», que será obra do actual Cônsul-Geral de Paris.

A CONTRA-OFENSIVA

Em resposta a este estado de coisas novas associações, clubes e jornais apareceram, limitados mas tentando ser uma forma de contra-propaganda.

Surgiu assim a Liga Portuguesa do Ensino (laica), que publica esporadicamente o «Jornal do Emigrante». Com um raio de acção limitadíssimo, a sua história está ligada às flutuações da chamada «fauna progressista portuguesa» em Paris. A recente publicação do n.º 11 do «JE» é um exemplo claro da pouca ligação da associação com a massa emigrada.

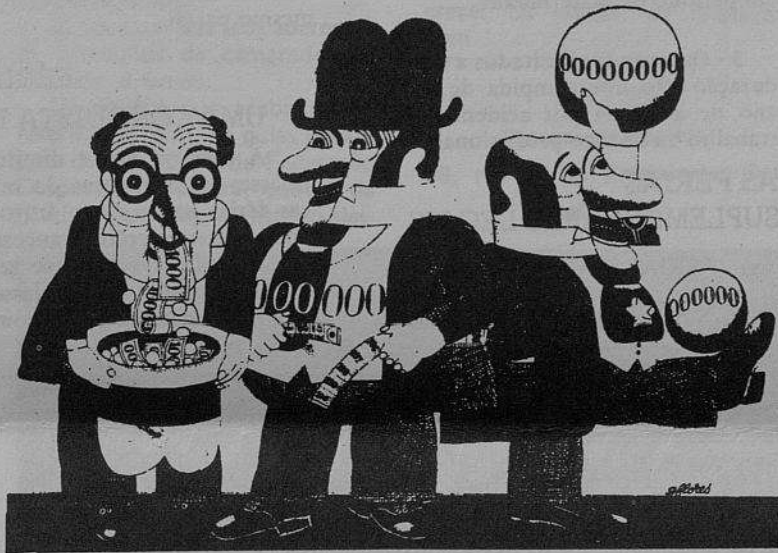
Formou-se também a Associação dos Originários de Portugal, com secções em vários núcleos de emigração de carácter recreativo e social, sendo o núcleo de Arpação o mais activo e dinâmico. É de lamentar que actualmente se dediquem à divulgação do «mau cinema português»: «A Cruz de Ferro», «Fado Corrido», «Capas Ne-

gras»...

«Presença Portuguesa» é um mensário católico dos grupos progressistas, cuja tiragem atinge os 12 000 exemplares. Já nos referimos a esta publicação, numa entrevista, publicada no «Comércio do Funchal», com o director do jornal, P.^o Mossand e com um dos animadores portugueses de então, Aníbal de Almeida

Há um ano a esta parte começaram a criar-se alguns clubes de jovens trabalhadores portugueses que, dado o desenvolvimento já atingido, parece terem correspondido a uma necessidade de organização e mobilização.

E juntamente com esses clubes desenvolveu-se um órgão de imprensa que tem pretendido ser o



seu dinamizador e orientador: o jornal «O Salto».

Com um nome mobilizador, «O Salto» tem procurado ser o órgão dos «trabalhadores portugueses emigrados», estendendo-se já na Holanda e Alemanha. Parece nos ser o seu conteúdo demasiado triunfalista e com uma linguagem técnica muitas vezes apenas acessível aos iniciados o que dificulta bastante a sua divulgação entre camadas mais vastas da emigração. Um pouco voltado para o discurso político «O Salto» tem, contudo de ter mantido a sua posição inicial e sobretudo de que desde o seu lançamento (Nov. 70) não deixou de procurar expandir-se, organizar-se e sair mais regularmente possível.

Nesse aspecto, a proliferação de alguns clubes ou associações é, desde já um dos méritos, mesmo não passando de uma gota no Oceano (com efeito há cerca de 700 mil portugueses em França, isto é, terreno para muitos clubes e associações...)

O NASCIMENTO DA UNIÃO

No início de Fevereiro, alguns destes clubes e associações encontraram-se para formar o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, que se define como «uma Associação a nível de toda a emigração portuguesa que, além de ser a defensora intransigente dos interesses individuais, sociais e culturais dos trabalhadores portugueses emigrados, lutará firmemente para cumprir a sua missão grandiosa: unir os trabalhadores portugueses emigrados com o resto do nosso povo, com base nas aspirações de todo o povo português».

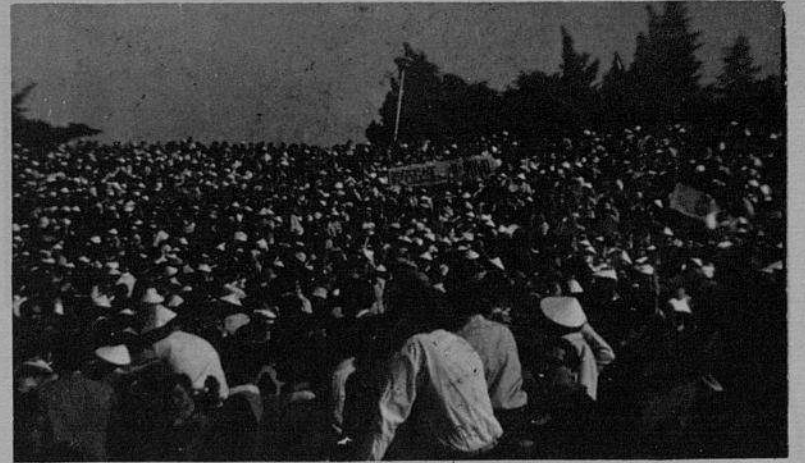
Este factó é novo e de certo modo mobilizador no contexto actual da emigração portuguesa. So-

POR UMA UNIVERSIDADE PARA O POVO

Os estudantes estão em luta. Esta luta é mais uma prova de que a burguesia portuguesa é incapaz de resolver, por muitas que sejam as reformas que realize, as contradições que surgem no seu seio. Na verdade, nós assistimos nos últimos dez anos a uma contestação cada vez mais radical por parte dos estudantes do poder ensino que o Ministério da Educação fascista lhes tenta impor.

Cada vez mais largas massas de estudantes perdem as ilusões de que os seus problemas poderão vir a ser resolvidos no quadro de «reformas do ensino» elaboradas pelo governo caetanista e compreendem que o mal só poderá ser curado pela raiz, isto é, com o desaparecimento do sistema económico que faz deles instrumentos de exploração do povo trabalhador nas mãos da burguesia.

«... Os estudantes recusam um ensino que não está feito para servir o povo.», diz o comunicado dos estudantes de Lisboa à popu-



Durante uma final da Taça de Portugal no Jamor os estudantes manifestam-se por uma universidade para o povo

lação. Esta tomada de posição é uma boa coisa, mas nós não devemos esquecer que ser estudante é uma posição extremamente privilegiada num país onde existem 45 % de analfabetos entre a população. Esta situação profissional privilegiada, aliada ao carácter da classe social de que são originários a maior parte dos estudantes, faz com que o movimento estudantil caia muitas vezes em concepções, acções e reivindicações que nada têm a ver com os interesses dos operários e camponeses.

Um pequeno número de estudantes já compreendeu o princí-

pio de que o movimento estudantil, para ser útil e frutuoso à causa do povo trabalhador, deve ser completamente integrado tanto em teoria como na prática na luta do nosso povo pelo Pão, a Paz, a Terra, a Liberdade e a Independência. Outros estudantes afirmam ter assimilado este princípio mas agem contrariamente a ele, o que só os poderá conduzir ao insucesso.

Os trabalhadores deverão ajudar os estudantes a modificarem a sua concepção do mundo para que verdadeiramente possam servir o povo.

NATURALMENTE, Sr. MINISTRO, A PIDE CONTINUARÁ A TORTURAR

Recentemente, o actual ministro da Justiça caetanista, Almeida Costa, proferiu, em Vila do Conde, um discurso sobre a tão falada reforma do Código do Processo Penal que acaba de ser aprovada pelo governo fascista.

Na referida alocução, depois de confusa e atabalhoadamente tentar justificar a reforma afirmando nomeadamente que esta «tornou-se mesmo necessária para dar imediata e plena concretização às últimas modificações da Constituição Política», o que deixa toda a gente na mesma, o senhor ministro entra no assunto da referida reforma propriamente dita. E eis como, dum só tirada, ele demonstra o verdadeiro carácter demagógico das alterações introduzidas no Código do Processo Penal.

«Outro aspecto importante consiste na regulamentação em moldes mais adequados do interrogatório, dando-se a definição de arguido. A assistência de defensor ao interrogatório é objecto de especiais cuidados: fica estabelecido que o primeiro interrogatório de arguido preso deve ser feito com assistência de advogado ou defensor officioso e que aos interrogatórios de arguidos não presos, na instrução preparatória, podem sempre assistir os respectivos advogados; e, na sequência destes princípios, estabelece-se que é nulo o interrogatório efectuado sem a assistência de advogado, quando obrigatória, ou, na hipótese de ser facultativa, quando este tenha sido impedido de assistir. Refiro-me naturalmente ao processo criminal comum — aquele de que a reforma em apreço se ocupa.» (sublinhado nosso).

Naturalmente, senhor ministro, para os «criminosos políticos» tais medidas «liberais» não poderiam ser aplicadas! Naturalmente, senhor ministro, os interrogatórios dos anti-fascistas continuarão a ser feitos única e exclusivamente na presença dos carrascos da P.I.D.E.-D.G.S.!

Como poderia deixar de assim ser? Como se poderia admitir que

advogados estranhos ao aparelho repressivo fascista assistissem a interrogatórios feitos à base de selváticos espancamentos, queimaduras, simulacros de fusilamento, privação do sono durante centenas de horas, etc. etc.

Os mesmos que assassinaram Alfredo Diniz, Militão Ribeiro, Catarina Eufémia e tantos outros combatentes anti-fascistas continuarão a ter hoje carta branca do governo marcelista como ontem a tinham do governo salazarista. E porquê? Porque o governo fascista português é o gerente fiel dos interesses da burguesia capitalista, e ele sabe que, só apoiados num forte aparelho repressivo, tais interesses económicos e políticos podem resistir aos ataques da grande massa dos explorados.

A burguesia liberal, nacional e estrangeira, qualificou a «reforma» em questão de «medida liberalizante de Marcelo Caetano». Aqui em França o «objectivo» jornal burguês *Le Monde* foi dos primeiros a aplaudí-la. Mas, ao contrário da pequena-burguesia, os trabalhadores revolucionários de Portugal compreendem cada vez melhor o papel da violência na história da humanidade e perdem as ilusões sobre as reformas realizadas pela burguesia capitalista.

A imagem dos povos irmãos das colónias, o nosso povo compreende que à violência fascista da burguesia capitalista e colonialista há que responder com a violência revolucionária dos trabalhadores.

Cada vez melhor o povo trabalhador se apercebe que assim como a burguesia não pode prescindir da violência reaccionária para salvar os seus interesses, o povo trabalhador também não pode prescindir da violência revolucionária (independente de toda forma de controle por parte da burguesia) para instaurar o seu poder político e edificar o seu sistema económico em que não haverá lugar para a exploração do homem pelo homem.

MARROCOS

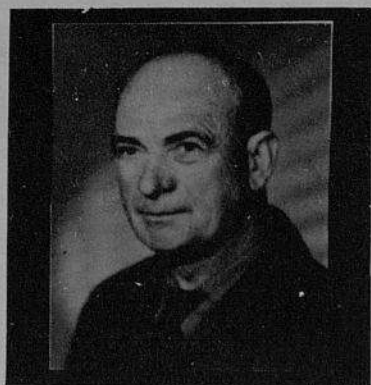
**MORREU
Ferreira da Silva**

De Casablanca, Marrocos, chega-nos a notícia da morte de José Maria Ferreira da Costa e Silva, também conhecido por « Silva da Madeira », que ali vivia refugiado há já 30 anos. Ferreira da Silva, foi um dos grandes animadores da Resistência anti-fascista, após o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Dotado de uma imaginação extraordinária e de uma coragem à medida do seu ódio pelo fascismo, ele foi um dos grandes activistas desse primeiro período da luta anti-fascista. Entre os muitos episódios que constituem a sua actividade nessa época, conta-se a importação de um tanque desmontado, como se de um tractor se tratasse.

Preso por dois Pides, no Porto, acabou por desarmá-los e fugir com as pistolas. Noutra altura, juntamente com outro camarada, farda-se de polícia, entra na prisão do Aljube, e liberta 3 camaradas, usando guias falsificados para libertar presos. Outra vez, estando a ser torturado pela Pide, também no Porto, atirou-se por uma janela de um 2.º andar fugiu.

**DE ACTIVISTA
INDIVIDUAL A
MILITANTE OPERÁRIO**

Durante a heróica luta do povo espanhol contra o fascismo,



Ferreira da Silva foi juntar-se aos revolucionários espanhóis. Aí, no fogo da luta, compreendeu que, para derrubar o fascismo, não chega a acção de um punhado de revolucionários por mais audaciosos e activistas que sejam. Compreendendo pois o papel de guia que a classe operária deve ter na revolução, é assim que Ferreira da Silva adere ao partido comunista português. Já como militante operário, destaca-se por ter montado em Portugal um emissor-receptor clandestino para comunicar com os revolucionários espanhóis.

Preso várias vezes durante a sua vida, na ilha da Madeira, no Porto, etc., ele sempre se comportou como um autêntico revolucionário frente às torturas dos carrascos da Pide. Tal foi a vida de Ferreira da Silva, de início activista individual, depois militante operário consciente, mas abrindo sempre o caminho que nos levará a um Portugal, onde homens como ele não serão perseguidos mas sim apontados como exemplos.

PUTEAUX

**O ENCONTRO PORTUGUÊS
E A GREVE
DA LAVANDARIA**

O Encontro Português de Puteaux, associação de trabalhadores portugueses, membro do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, colaborou estreitamente, no passado mês de Maio, com os trabalhadores (portugueses e franceses) da lavanderia de Boulogne *Elvis* na sua luta pela conquista de melhores condições de trabalho e aumento de salários. Nesta lavanderia, às péssimas condições de trabalho aliavam-se salários inferiores ao SMIG. (salário mínimo obrigatório) sendo ainda as mulheres obrigadas a trabalhar à peça durante 10 ou 12 horas por dia. Face a esta situação era urgente empreender uma acção conjunta dos trabalhadores que pusesse fim a esta exploração desenfreada.

O Encontro Português de Puteaux organizou nesse sentido reuniões com os trabalhadores que, após terem verificado o total desprezo do patrão perante as suas justas reivindicações, decidiram recorrer à greve que acabou por obrigar o capitalista explorador a ceder.

O comité de greve distribuiu um panfleto intitulado *Continuaremos vigilantes na luta* e que termina com as seguintes palavras:

« A revolta dos trabalhadores da «blanchisserie» contra a injustiça patronal foi uma vitória de homens de nacionalidades diferentes mas de coração igual, que resistiram às odiosas manobras do capitalista, que vive da exploração dos pobres. »

« Os trabalhadores unidos mostraram que as ameaças de que alguns deles foram vítimas por parte dos chamados «responsáveis» não os atingem; eles já estão preparados para tais «truques», próprios de pessoas sem escrúpulos ! ».

**FAZ-TE ASSINANTE
DE
O Salto**

UM TRABALHADOR PREVENIDO VALE POR DOIS

AS FÉRIAS

Atendendo ao período que atravessamos, isto é, o período da partida para férias, *O Salto* apresenta aos seus leitores um resumo dos direitos dos trabalhadores previstos na lei burguesa.

O DIREITO ÀS FÉRIAS

O direito às férias é adquirido desde que o trabalhador justifique ter estado empregado durante um período mínimo equivalente a um mês de trabalho no mesmo patrão durante o ano a que correspondem as férias. Não é exigida nenhuma condição de antiguidade ou presença para as datas de partida ou recomeço do trabalho.

A DURAÇÃO DAS FÉRIAS

O período de referência servindo de cálculo à duração das férias principais é fixado entre o 1 de Junho de cada ano ao 31 de Maio do ano seguinte, e calculado à razão de dois dias úteis por mês de trabalho, não podendo exceder 24 dias úteis.

a) A lei considera como período de trabalho efectivo :

1 - O período de férias pagas do ano anterior

2 - O período de repouso legal (de 14 a 17 semanas) das mulheres em período de maternidade

3 - Os períodos limitados a uma duração não interrompida de um ano de ausência por acidente de trabalho ou doença profissional

**AS FÉRIAS
SUPLEMENTARES LEGAIS**

a) FÉRIAS INDEMNIZADAS

1. Suplemento acordado às mães de família

FÉRIAS PAGAS ÀS MULHERES DE MENOS DE 21 ANOS FÉRIAS PAGAS E SUPLEMENTO PARA AS CRIANÇAS			
NÚMERO DE MESES DE TRABALHO	NÚMERO DE CRIANÇAS		
	1	2	3
1	3	4	5
2	5	6	7
3	7	8	9
4	10	12	14
5	12	14	16
6	14	16	18
7	16	18	20
8	18	20	22
9	20	22	24
10	22	24	26
11	24	26	28
12	26	28	30

Estes números são os dias de férias

b) FÉRIAS NÃO INDEMNIZADAS

1. Para os jovens trabalhadores e aprendizes com menos de 21 anos, há o direito a 24 dias de férias mesmo que não tenham estado 12 meses no mesmo patrão.

**INDEMNIZAÇÃO
DE FÉRIAS**

A indemnização de férias pode ser paga de duas maneiras :

1. O equivalente ao salário anual dividido por 12 ou
2. O salário que o operário ganhava se trabalhasse nas férias.

FÉRIAS PAGAS

UMA CONQUISTA DA CLASSE OPERÁRIA

A maioria dos « direitos sociais » são conquistas das classes trabalhadoras do mundo inteiro. Assim, em França as férias pagas são o fruto de uma grande batalha travada pela classe operária francesa no começo dos anos 30 e que veio a culminar na greve geral de Junho de 1936. Foi nessa altura também que a classe operária arrancou à burguesia outras concessões, tais como as 40 horas de trabalho e a segurança social.

ST. DENIS



Até há pouco tempo havia 600 a 700 famílias portuguesas e norte-africanas nas barracas de St Denis. Há 4 meses para cá, a *Mairie* e a Perfeitura precisaram do terreno para lá poderem construir prédios, e não hesitaram em pôr ao seu serviço uma empresa (a SONOCROTA), que, usando toda uma série de manobras, desalojasse essas famílias.

Há 4 meses a SONOCROTA propôs a 50 famílias alojamentos em Villemoble, lugar onde não havia trabalho e bastante longe de St. Denis. Aconteceu que muita gente perdeu o trabalho que tinha anteriormente em especial as mulheres que trabalhavam nas limpezas em St. Denis.

Na semana do 10 a 15 de Abril a mesma empresa deu um prazo de dois dias para que uma dúzia de famílias abandonassem as suas barracas e empilhou-as em velhas casas, sujas e sem higiene, sem portas, com buracos no chão e sem água nem luz.

A terceira e última manobra de intimidação em relação às famílias que ainda habitam no bidonville foi efectuada por uma outra empresa, nos dias 1 e 2 de Junho, e baseou-se em montar uma grua mesmo ao pé de uma série de barracas, que, após um dias de chuva, se inclinou sobre elas. Logo nessa altura apareceram dois indivíduos da SONOCROTA e assistente social da *Mairie* que tentaram « convencer » as famílias a irem para outras barracas em Villeteuseuse.

« O Salto » falou com uma das famílias que nos disse : Quando os primeiros foram para Villemoble nós também pensámos em partir, mas depois vimos que fazíamos mal. Eles fazem o que querem de nós por todo o lado e se a gente partisse pensámos que perdíamos o trabalho. Eu digo : « não saio daqui enquanto não me derem uma casa decente em St. Denis. Nós temos direito a uma casa ».

AUSTRÁLIA

**« NÃO ACONSELHO
NINGUÉM
A VIR PARA CÁ »**

Enganado pela intensa propaganda distribuída pela embaixada australiana em França, propagando essa que promete « mundos e fundos » aos emigrantes, um camarada nosso decidiu emigrar para a Austrália.

Um antigo camarada de trabalho recebeu duas cartas suas contando as impressões do novo cativo, e enviou-as ao nosso jornal acompanhadas das seguintes palavras : - « *Eu penso que poderão inserir extractos destas cartas no vosso jornal, que serão um aviso para aqueles que acreditem na miragem australiana...* » É um escândalo obrigar a fazer 20 000 km a famílias que não mais poderão voltar à Europa por causa do preço fabuloso da viagem. Para quatro pessoas entre as quais duas crianças com menos de 12 anos, a viagem custa 13 000 f.

Eles correm o risco de estar condenados não somente a lá viver como também a lá morrer. É preciso denunciar tudo isto ! As condições de trabalho são piores que em França e a insegurança faz-se sentir pesadamente em cada lar. Não há segurança social, competindo a cada um tratar do seguro contra doenças pagando do seu bolso.

Mas demos a palavra ao nosso camarada que se encontra na Austrália:

— « Logo que cheguei, a minha primeira reacção foi partir novamente. Já estou a trabalhar, ou por outra, tive a sorte de começar a trabalhar, pois todos quantos vieram comigo ainda não encontraram nada. Claro que somos nós que temos de procurar, mas sem sabermos falar o inglês, sem sabermos nada de nada, como podemos nós ir à procura de trabalho ? Por outro lado dizem que aqui é normal porem-nos na rua quando não temos trabalho. Enfim uma trapa-

(Continua na pag. 8)

Rompendo o muro da censura fascista

Muitos leitores do nosso jornal têm-se nos dirigido, pondo a questão da existência ou não de organizações políticas em Portugal, da existência ou não de actividades dessas organizações no interior do país, chegando a afirmar que elas limitam a sua acção ao estrangeiro.

Pensamos que estas dúvidas são motivadas por dois factos:

1.º - A maior parte da emigração é originária das regiões onde as lutas populares não tomavam grandes proporções.

2.º - O regime de opressão fascista imposto ao povo português não permite, a nível legal, a divulgação de outras informações que não sejam as de uma única organização política - a Acção Nacional Popular (antiga União Nacional), partido fascista da grande burguesia exploradora.

Depois do golpe de estado fascista de 1926, o governo começou gradualmente a reprimir toda e qualquer actividade política oposta à sua. Os partidos existentes foram proibidos ou destruídos pela prisão dos seus membros, ou então, de sua livre iniciativa, decidiram a sua própria dissolução.

Em meados dos anos 30, como organização política de oposição ao regime, só existia o Partido Comunista Português. Todos os outros tinham desaparecido e os seus membros ou se dedicavam à preparação de golpes militares ou esbanjavam a sua actividade em pequenos grupos de intelectuais.

O mesmo se passava com os sindicatos. Destruídas as organizações de trabalhadores, o fascismo impõe os Sindicatos Nacionais, de filiação obrigatória, perfeitamente controlados pela máquina do governo, servos fiéis dos interesses dos patrões, verdadeiras repartições públicas.

O reforço da polícia política, da G.N.R. e do exército, a criação da Legião Portuguesa e a censura prévia à imprensa tornaram impossível qualquer actividade política legal e, por isso, não é de estranhar que nos escrevam a perguntar se há organizações políticas de oposição ao regime, indo até alguns leitores a afirmar que não, que « lá em baixo não há nada ».

É, pois, no sentido de responder aos nossos leitores que *O Salto* rompe a barreira que a burguesia portuguesa nos tenta impôr através da censura, dando a conhecer aos trabalhadores portugueses as organizações políticas que se dizem anti-fascistas existentes em Portugal. Recusamo-nos a fazê-lo seria contribuir para o obscurantismo em que o fascismo tenta manter as massas trabalhadoras.

É evidente que o nosso jornal, não sendo um órgão de imprensa partidário, não tomará posição em relação a essas organizações.

A nossa principal preocupação foi obter o maior número de dados sobre cada partido e grupo político, para que os leitores de *O Salto* possam analisar quais os objectivos de cada organização.

A tarefa não foi fácil e, por exemplo, foi-nos impossível averiguar se ainda existiam os dois principais partidos da República - O Partido Republicano e o Partido Democrático.

De todos as organizações políticas portuguesas que se dizem anti-fascistas, a mais conhecida é, sem dúvida alguma, o Partido Comunista Português. E isto deve-se ao facto de ter sido a única organização que, segundo cremos, sobreviveu ao golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e que, na clandestinidade, se desenvolveu organizando largas massas

populares.

É normal em Portugal chamar-se comunista a todo aquele que é oposto ao regime, inclusivamente a indivíduos anti-comunistas, como o general Humberto Delgado, católicos fervorosos como o Bispo do Porto, ou o Padre Felecidade Alves, etc.

Esta utilização do termo comunista foi, por um lado, devida ao facto do Partido Comunista ser o único partido da oposição existente, de facto, em Portugal, durante muito tempo, e, por outro lado, devido à campanha anti-comunista da burguesia portuguesa. Esta, aterrorizada pela vitória da revolução de Outubro de 1917, na Rússia lançou, a partir dessa data, uma campanha contra todos os elementos da oposição e, em particular, contra os comunistas, acusando-os dos piores crimes.

É, pois, pelo Partido Comunista Português que vamos começar.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (P.C.P.)

Publica os jornais:

Avante, e *Militante* e ainda vários outros, entre os quais *O Marinheiro Vermelho*, *O Camponês*, *O Corticeiro*, etc...

Foi constituído legalmente a 6 de Março de 1921. Aderiu à Internacional Comunista no ano seguinte e adoptou, na sua primeira declaração, os seus 21 princípios. Após a sua fundação, o PCP seguiu um caminho bastante tortuoso, mudando sucessivas vezes de direcção e de linha política, conseguindo, no entanto, encabeçar grandes movimentos populares, tais como a revolta dos marinheiros da armada e as grandes greves de 1934, que culminaram com a revolta da Marinha Grande.

Realiza o seu 3.º Congresso, em 1943 e aí declara que deve ser o proletariado o guia da revolução, tendo como principal aliado o campesinato.

Após este congresso, trava-se dentro do P.C.P. uma cerrada luta política entre os defensores da linha defendida em 1943 e os partidários de uma outra linha, chamada « linha de transição », que preconizava a dissolução do P.C.P. para facilitar a unidade de toda a oposição. Os partidários da linha de transição propunham, entre outras coisas, suprimir a foice e o martelo do *Avante*.

Em 1946, realiza-se o 4.º Congresso que regeita as conclusões do anterior e afirma que o P.C.P. se deve transformar num grande partido de unidade nacional e estabelecer uma linha de acção unitária com a burguesia liberal. Na definição desta linha teve importância determinante o informe apresentado ao 4.º Congresso do P.C.P. por Álvaro Cunhal. A linha traçada por Cunhal não encontrou uma aceitação total dentro deste partido; a ela se opôs, de um certo modo, Militão Ribeiro que declarou:

« No momento actual, o nosso partido deve esforçar-se por levar o proletariado a compreender o seu papel para que este saiba impôr a sua orientação na luta contra o salazarismo. Não deve permitir que este posto de vanguarda, que por direito lhe pertence, passe para as mãos de outra classe ou partido... »

Em 1949 a polícia prende Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, assassinando este último. A partir desta altura, a direcção do P.C.P. passa a ser assegurada por José Gregório, operário vidreiro.

De novo o P.C.P. muda de orientação política, sendo desta vez dotado de um projecto de programa que preconiza, como pontos principais, a defesa da independência do partido em relação à burguesia liberal, a via da insurreição popular armada para o derrubamento da ditadura fascista, a expropriação do capital financeiro e a instauração de um governo de democracia popular.

Em 1955, José Gregório é afastado, por doença, e a nova direcção condena a anterior linha do P.C.P., considerando-a sectária. Em sua substituição é proposta uma linha de unidade de todos os anti-salazaristas, política que ainda hoje é adoptada pelo P.C.P.

Em 1961, Álvaro Cunhal é eleito secretário geral e prossegue a linha em vigor, criticando, no entanto, certos aspectos da mesma.

Os principais pontos do programa da actual direcção do P.C.P. são:

1 - « O caminho que se oferece ao povo português para derubar a ditadura fascista e levar ao poder o Governo Provisório é o levantamento nacional, a insurreição popular armada, que, devido à natureza militarista do Estado, implica a participação e a neutralização de importante parte das forças militares » (*Programa do Partido Comunista Português - 2.ª edição*).

2 - A unidade de todos os anti-fascistas;

3 - A instauração de um regime democrático com um governo provisório;

4 - A abertura de negociações com os povos das colónias;

5 - A penetração nos sindicatos fascistas;

6 - A tentativa, através da participação nas eleições, de eleger certos deputados democratas.

Em política internacional apoia sem reservas a linha do Partido Comunista da União Soviética e ataca violentamente o Partido Comunista da China e o Partido do Trabalho da Albânia. Apoiou a invasão da Checoslováquia pelos exércitos russos.

A partir do 20.º Congresso do P.C.U.S., passou a criticar violentamente, e nos termos utilizados por Kruchchev, José Stáline, dirigente da Revolução de Outubro de 1917, até aí considerado pelo P.C.P. como guia dos trabalhadores de todo o mundo.

F.P.L.N.

Há uns anos atrás, o P.C.P., juntamente com algumas personalidades políticas de oposição a Salazar, fundou a Frente Patriótica de Libertação Nacional com sede em Argel. Esta organização baseava-se em grupos organizados no interior (as Juntas de Acção Patriótica) e possuía uma emissora de rádio - *Rádio Voz da Liberdade*.

Há cerca de dois anos esta organização cindiu-se em duas.

Actualmente, há no estrangeiro duas organizações, uma em Argel e outra em França, que reivindicam para si os fundos da organização, a posse da emissora e o título da F.P.L.N.; editam cada qual o seu jornal embora ambos tenham o mesmo título: *Portugal Informação*.

A.R.A. e

BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

Organizações que reivindicam os actos de sabotagem ultimamente efectuados em Portugal.

A A.R.A. é apoiada nas suas acções pelo P.C.P. e as Brigadas Revolucionárias pela F.P.L.N. de Argel. Nem uma nem outra destas organizações publicou até hoje qualquer programa político, que as definisse, qualquer jornal ou qualquer declaração de princípios.

PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL marxista-leninista P.C.P. (m-l)

O P.C.P. (m-l) publica os jornais « *Unidade Popular* », « *Estrela Vermelha* » e « *O Novo Militante* »; a sua organização de massas, União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas), U.E.C. (m-l), publica o jornal *Servir o Povo*.

Em 1963 surgem divergências no Comité Central do P.C.P. sobre problemas da linha política seguida por este após o afastamento de José Gregório.

Esses problemas eram:

- a via para o levantamento nacional e a luta armada;

- a direcção proletária da revolução e a política de unidade anti-fascista;

- a linha do movimento comunista e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.

Estas divergências levam a expulsão de um membro do Comité Central, Francisco Martins Rodrigues, que, juntamente com outros militantes do P.C.P., funda o Comité Marxista-Leninista Português.

Em numerosas publicações, que vão de 64 a 70, o C.M.-L.P. põe em pé um projecto de programa, um projecto de estatutos e outra documentação onde define uma linha política diferente da do P.C.P.

- contrariamente à « revolução democrático-nacional », que afirma não ser mais do que uma luta por uma democracia burguesa parlamentar, defende a « revolução democrático-popular, parte integrante da revolução socialista »;

- contra a unidade com a burguesia liberal, que considera como traição aos interesses fundamentais da classe operária, aponta « a aliança operário-campesã como a linha principal de alianças do proletariado e sob a direcção deste »;

- contra o « levantamento nacional » que sustenta não ser mais que um golpe militar em que as massas trabalhadoras serviriam de carne para canhão e que poria os democratas burgueses no poder conservando a exploração capitalista, aponta « a luta armada popular levada a cabo por um exército revolucionário dos operários e camponeses dirigido pelo Partido Comunista ».

Sobre problemas importantes, tais como o aproveitamento dos sindicatos fascistas e a guerra colonial, a posição destas duas organizações também é diferente. Assim, enquanto o P.C.P. diz que se devem aproveitar os sindicatos fascistas para consciencializar as massas trabalhadoras e que se deve exigir a abertura imediata de negociações com os povos das colónias o P.C.P. (m-l) sustenta que os sindicatos fascistas não são sindicatos de massas e que, portanto, o trabalho aí dentro é senão impossível, pelo menos prejudicial. Quanto às negociações com os povos das colónias, considera que essas negociações só pretendem levar ao estabelecimento de regimes favoráveis ao neo-colonialismo e que a única solução correcta é o reconhecimento imediato da independên-

cia total desses povos.

Em política internacional, o P.C.P. (m-l) condena os 20.º e 22.º Congressos do P.C.P.U.S., acusando este último de ter tralado os ensinamentos de Marx, Engels, Lênine e Stáline. O P.C.P. (m-l) apoia o Partido Comunista da China e o Partido do Trabalho da Albânia e considera José Stáline como um dos maiores dirigentes do movimento operário internacional.

O P.C.P. (m-l), na altura C.M.-L.P. condenou violentamente a invasão da Checoslováquia que afirma ser um acto social-imperialista.

Núcleos «O COMUNISTA»

A VANGUARDA

MOVIMENTO REORGANIZATIVO DO PARTIDO DO PROLETARIADO (M.R.P.P.)

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA DE PORTUGAL (C.M.-L.de P.)

COMITÉS COMUNISTAS REVOLUCIONÁRIOS Marxistas-Leninistas

O partido Comunista Português e o Partido Comunista de Portugal (m-l) são as duas únicas organizações reclamando-se do comunismo, que têm um programa político.

Existem, contudo, vários outros grupos reclamando-se, uns mais, outros menos, do comunismo, mas sem um programa político e que tentaremos, na medida do possível, dar a conhecer.

As características comuns a todas estas organizações é negarem a existência de um Partido comunista em Portugal e afirmarem que a sua formação não está para breve.

Todas elas preconizam o desenvolvimento imediato de acções de tipo violento e consideram que a existência de uma organização estruturada não é possível antes do seu começo.

Vejamos, pois, brevemente, as posições das mais importantes destas organizações.

Núcleos «O COMUNISTA»

Edita os jornais « *O Comunista* », « *Armas do Povo* » e « *Grito do Povo* ».

Os núcleos « O.C. » teriam sido formados, na sua maioria, por antigos militantes do C.M.-L.P. expulsos sob a acusação de aventureirismo.

Consideram que, antes que o Partido da classe operária exista, é necessário que as massas compreendam a sua necessidade.

Desde o primeiro número do jornal « *O Comunista* » chamam as massas à luta violenta, explicando como fazer cocktails Molotov, fazem apelo aos soldados para voltarem as armas contra a burguesia e aconselham os operários a sabotarem as máquinas.

M.R.P.P.

Publica os jornais « *Bandeira Vermelha* » e « *Luta Popular* ».

Segundo o que conseguimos

(Continua na pag. 6)

a situação difícil das mulheres nos países capitalistas

« A mulher tem direito ao trabalho na medida em que responda inteiramente ao cumprimento das suas tarefas na família e no casamento », lê-se no parágrafo 1365 do Código Civil da R.F.Alemã. Por detrás deste parágrafo esconde-se uma parte do que, com efeito, existe nos países capitalistas: a discriminação das mulheres.

Não criando as condições necessárias para a guarda dos filhos das trabalhadoras e outras facilidades, os capitalistas agem no espírito da lei quando se recusam a dar emprego a trabalhadoras com filhos. Conforme as mais recentes estatísticas, na R.F. Alemã contam-se 426 jardins de infância com 14 800 crianças. Só uma mãe trabalhadora em 23 pode colocar o seu filho num jardim. Grande numero de empresas japonesas aplica « o sistema da idade limitada » afim de que as mulheres só trabalhem até aos 25 anos, quer dizer, até ao momento em que estão na posse de todas as suas energias e não têm ainda que se ocupar dos filhos. Nos E.U.A. só 50% das mulheres que terminam os seus estudos superiores podem encontrar trabalho e, mesmo aquelas que se empregam, recebem salários reduzidos.

Enquanto nos países capitalistas a procura de trabalho é cada vez maior, a crise do desemprego, em particular nas actuais condições marcadas, pela crise do dollar, continua a aprofundar-se. Em países como os E.U.A., Grã-Bretanha, Itália, etc., o desemprego tomou proporções sem precedentes. As primeiras a conhecer o peso do desemprego são as mulheres. São elas que de preferência são despedidas. No decurso destes últimos 5-6 anos, contou-se na Itália mais de um milhão de trabalhadoras desempregadas as quais se vieram juntar em 1970 mais 116 000.

Há dois anos, havia em França 200 000 mulheres à procura de trabalho. Este número aumentou por causa da concentração do capital, da inflação, etc. Nos E.U.A. o número de trabalhadoras desempregadas, é 40% mais elevado do que o dos homens.

Mas é nos salários que se nota a maior discriminação. Os patrões capitalistas praticam a política dos mais baixos salários que cabem às mulheres pelas obrigações que têm para com os filhos. Eles consideram as mulheres uma mão-de-obra auxiliar; é por isso que, segundo eles, as mulheres são mais mal pagas. Não poupam esforços para propagar « teorias » como a da « superioridade do homem », do « chefe de família », sobre « o valor incompleto do trabalho da mulher », etc., de modo a continuarem a pagar salários desiguais por um trabalho igual a apoderarem-se dos lucros suplementares. Na R.F.A. (que é considerada como um dos países capitalistas mais evoluídos na Europa Ocidental) a quase totalidade das trabalhadoras são mais mal pagas do que os homens pelo mesmo trabalho. É assim que na indústria ligeira o salário das mulheres é 23,7% inferior ao dos homens; na indústria electrónica 26,5%; na indústria do vidro 34,2%; nas tipografias 38,3%, etc. Nos Estados Unidos, a diferença de salário entre o homem e a mulher continua a acentuar-se. Em 1955 a mulher Americana recebia por um dia de trabalho completo, 63,9% do salário médio do homem. Em 1960 o seu salário médio caiu para 61,20% e actualmente não passa de 58%. Ainda mais difícil é a situação de 4 milhões de trabalhadoras negras americanas que são pagas 24% menos do que as trabalhadoras brancas.

Uma grande discriminação

existe igualmente no domínio do ensino. No mundo capitalista a maior parte das mulheres estão numa situação difícil por causa das « teorias » sobre o « atraso intelectual da mulher ». É por isso que na escola a preferência é dada aos rapazes: Como consequência disso, na Alemanha Ocidental 51% das mulheres casadas e metade das mulheres solteiras de 30 a 59 anos, que trabalham na produção, não frequentaram nenhum curso de formação profissional. Mais de 64% das 29,5 milhões de trabalhadoras americanas ocupam-se de trabalhos que quase não exigem qualificação e, bem entendido, são os mais mal pagos. Na Inglaterra, em 1 000 engenheiros só se conta 1 mulher engenheiro. As mulheres britânicas viram fechar-se-lhes as portas num bom número de institutos de ensino superior, em particular dos Institutos técnicos. Na Espanha somente 0,4% das trabalhadoras têm uma qualificação média enquanto que 75% são simples operárias sem qualificação.

A situação difícil das mulheres e de todas as massas trabalhadoras dos países capitalistas, a sua exploração cada vez mais desenfreada como consequência da política económica que seguem as classes no poder e da política de guerra e de agressão, conduziram ao agravamento das contradições antagónicas nestes países, ao despertar da consciência sobre a sua real situação, nas massas laboriosas e portanto também nas mulheres. O balanço dos sucessos obtidos pela luta das mulheres revolucionárias e amantes da liberdade durante o período de 8 de Março do ano passado a 8 de Março do ano corrente, mostra que a causa da revolução, da liberdade e da independência dos povos se torna cada vez mais a sua própria causa. Elas tornaram-se cada vez mais conscientes de que a opressão e os sofrimentos das massas laboriosas assim como a situação lamentável em que se encontram têm a sua fonte no sistema capitalista. É por isso que elas entrelaçam as suas reivindicações económicas com as políticas e engrossam as fileiras do movimento da classe operária para derrubar o sistema da exploração do homem pelo homem.

do de 8 de Março do ano passado a 8 de Março do ano corrente, mostra que a causa da revolução, da liberdade e da independência dos povos se torna cada vez mais a sua própria causa. Elas tornaram-se cada vez mais conscientes de que a opressão e os sofrimentos das massas laboriosas assim como a situação lamentável em que se encontram têm a sua fonte no sistema capitalista. É por isso que elas entrelaçam as suas reivindicações económicas com as políticas e engrossam as fileiras do movimento da classe operária para derrubar o sistema da exploração do homem pelo homem.

ESCREVE PARA

« O Salto »

Um jornal de trabalhadores necessita da contribuição dos seus leitores.

Como a 1ª Reunião Inter-Associativa do M.T.P.E. apontou, os clubes e as associações de trabalhadores devem regularmente enviar para a redacção de *O Salto* artigos e informações sobre as regiões onde desenvolvem o seu trabalho.

Só assim procedendo, os clubes e associações do M.T.P.E. ajudarão *O Salto* a cumprir integralmente a sua principal missão — ser o órgão de ligação entre as largas massas emigradas.

Viva o M.T.P.E. !
Viva a U.T.P.E. !

Rompendo o muro...

(Continuação da pag. 5)

averiguar, é formado pelos membros da antiga E.D.E. (Esquerda Democrática Estudantil).

Enquanto E.D.E., participou na campanha eleitoral para deputados, em 1969, ao lado do P.C.P.

Considera que os estudantes têm um papel de vanguarda a desempenhar na luta do povo português.

Defende que o partido do proletariado brotaria da união das várias tendências da extrema-esquerda.

Estas são as principais organizações que se reclamam de princípios comunistas e que dizem defender uma linha política marxista-leninista.

Há porém outros agrupamentos que expressamente dizem não serem comunistas. É o que veremos seguidamente.

ACÇÃO SOCIALISTA PORTUGUESA (A.S.P.)

Agrupa sectores republicanos, liberais e sociais democratas, de direita, segundo a A.S.P.

São um grupo de antigos elementos dos partidos existentes antes do golpe fascista de 1926, alguns deles com posições elevadas nos governos parlamentares dessa época. De actividade reduzida, a última posição pública tomada por este grupo refere-se às eleições para deputados em 1969, onde defendeu a não participação, por considerar as eleições como uma farsa governamental.

Até então, alinhava normalmente as suas posições políticas com as defendidas pela A.S.P.

ACÇÃO DEMOCRATA-SOCIAL

Publica o jornal « Portugal Socialista » e « Esquerda », jornal dos jovens socialistas. Quer-se herdeira das concepções socialistas do princípio do século e pretende ser o embrião do futuro Partido Socialista Português.

É uma organização que se diz não secreta, que pretende entrar no jogo parlamentar, e que, não sendo o seu fim o derrube da ditadura por meios violentos, apoiará todas as organizações que tenham esse objectivo, se se comprometerem a instaurar em Portugal uma democracia parlamentar.

L.U.A.R.

Organização que se tornou conhecida pelo assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz e pela tentativa de efectuar posteriormente acções armadas em Portugal. Virada para a acção directa, não se lhe conhecem quaisquer objectivos políticos para além do derrubamento do actual regime português.

APELO

« O Salto » convida os seus leitores que tenham críticas a fazer a este artigo ou informações que o completem, a escreverem para:

« O Salto »
B.P. 95 Paris XI

As colunas do jornal estão ao dispor dos trabalhadores portugueses emigrados.

VIETNAM

A GUERRA POPULAR É INVENCÍVEL

Há cerca de um século e meio, um ridículo burguês francês, chefe de Estado sob o nome de Napoleão III, enviou uma das suas esquadras à conquista da Indochina. A burguesia francesa julgava-se suficientemente forte nessa época, para ditar a sua vontade aos povos do mundo e a Indochina era uma terra extremamente rica aos olhos cobiçosos dos exploradores coloniais. Assim, durante cem anos os países indochineses, entre os quais o Viet-Nam, sofreram a exploração desenfreada dos colonialistas franceses. Pode-se imaginar o que foi a vida do povo vietnamita neste período de ocupação pela leitura da Declaração de Independência do Viet-Nam :

«... No domínio político priváramos de todas as liberdades. Impuseram-nos leis desumanas. Constituíram três regimes políticos diferentes no Norte, Centro, e Sul do Viet-Nam para destruir a nossa unidade nacional e impedir a união do nosso povo. Construíram mais prisões que escolas. Maltrataram sem piedade os patriotas. Afogaram as nossas revoluções em rios de sangue. Abafaram a opinião pública e praticaram uma política de obscurantismo. Impuseram-nos o uso do ópio e do álcool para nos enfraquecer. No campo económico, exploraram-nos até à medula, reduziram o nosso povo à miséria mais negra e saquearam impiedosamente o nosso país. Roubaram-nos os arrozais, as minas, as florestas, as matérias primas. ... inventaram centenas de impostos injustificados. ... »

Como se vê, a colonização francesa é tão boa como qualquer outra; a passagem da Declaração acima reproduzida podia perfeitamente ter sido escrita por um angolano ou um moçambicano.

Entretanto rebenta a 2ª grande guerra mundial e, em 1940, os fascistas japoneses invadem o Viet-Nam. Os colonialistas franceses lá descobriram maneira de se arranjar com os japoneses para pilharem em conjunto, e daí resultou que, só no ano de 1944, tenham morrido de fome mais de 2 milhões de vietnamitas.

No fim da 2ª grande guerra mundial foram-se os ocupantes japoneses e voltaram os franceses, com os ingleses a ajudar. Esta situação mantém-se até 1954, data em que, definitivamente vencidas pelos patriotas vietnamitas, as forças colonialistas francesas são obrigadas a retirar do Viet-Nam.

Entretanto, os Estados Unidos que se tinham tornado na maior potência imperialista mundial, no maior inimigo da liberdade e independência dos povos, resolvem invadir mais uma vez a Indochina, ocupando ainda hoje algumas partes do seu território.

Esta é a história dos colonizadores, a história da burguesia que procura submeter os povos do mundo inteiro, da burguesia que não conhece fronteiras para pilhar, matar e torturar. Seja ela

francesa, japonesa, portuguesa, inglesa ou americana, a burguesia imperialista está irremediavelmente condenada à derrota quando os povos se decidem a combatê-la.

A história do povo do Viet-Nam é a história da resistência pertinaz contra o ocupante estrangeiro. O povo vietnamita, os operários de Hanoi e Saigão, os camponeses dos arrozais do Norte e do Sul, os pescadores e todos os trabalhadores, unidos (como um só, e dirigido pelo Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam, depressa compreenderam que só a luta armada os poderia libertar da miséria e da exploração. As palavras de Ho-chi Min, dirigente nacional, foram resolutamente seguidas :

«... Que todos os vietnamitas, homens e mulheres, velhos e novos, sem distinção de religião, de partido, de nacionalidade, se levantem para combater os colonialistas franceses e salvar a pátria ! Entrem na luta recorrendo a todos os meios que tiverem ao seu alcance. Quem tiver uma espingarda, que se sirva da espingarda, quem tiver uma espada, que se sirva da espada ! E, se não tiverem espadas, então peguem em paus e picaretas ! Que todos empreguem todas as suas forças para combater o colonialismo e salvar a pátria ! ... »

Os franceses sofreram derrotas sobre derrotas e foram obrigados a reconhecer a independência do Viet-Nam e a retirar.

Actualmente a luta continua contra os invasores americanos que empregam todos os meios do seu arsenal repressivo para preservar os seus lucros e negar ao povo do Viet-Nam o direito à independência : bombardeamentos massivos sobre cidades, destruição de florestas e de arrozais, um exército de mais de um milhão de homens, barcos de guerra, aviões de todos os tipos, bombas de napalm e bombas de esferas de aço contra as populações; tentam destruir o país de Norte a Sul, tentam impedir a chegada de alimentos e armas, minando os portos; destroem as linhas de caminho de ferro, as centrais eléctricas, as fábricas, as pontes, as barragens. Praticam crimes sem conta mas, de cada vez, encontram a resposta apropriada. Acumularam derrotas sobre derrotas, e não poderão escapar ao fracasso final que se avizinha. A derrota é o fim de todos os reacçãoários e, por mais que façam, não conseguirão escapar-lhe. Presentemente assistimos a uma ofensiva generalizada do povo vietnamita que varre as forças reacçãoárias: Os patriotas ocuparam inúmeras cidades e bases militares, atacando simultaneamente em todo o território.

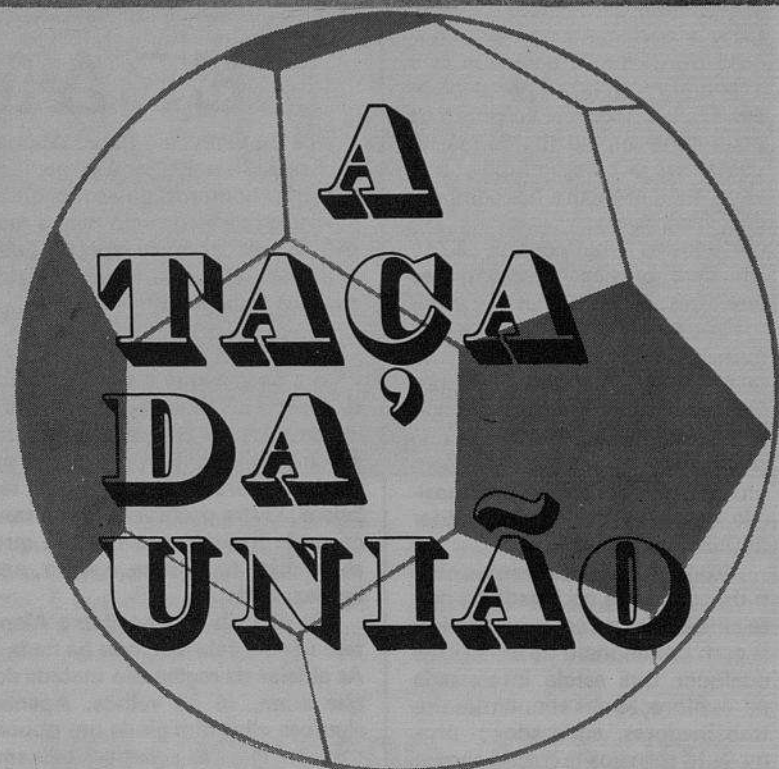
Mantendo a ofensiva desde 30 de Março, os revolucionários vietnamitas mostram uma vez mais ao mundo que um pequeno país pode combater e vencer um país grande desde que a sua causa seja justa e se apoie nas largas massas do povo.

Dentro dos próprios Estados Unidos, a guerra torna-se impopular e cresce o movimento de massas que exige o fim da agressão e a retirada das tropas invasoras americanas.

E já não vem longe o dia em que, depois de mais de cem anos de resistência e de trinta anos de luta, o povo do Viet-Nam, enfim liberto, poderá sarar as feridas abertas pelo opressor e dedicar-se à construção duma nova sociedade em que serão completamente abolidas a exploração e a miséria.

FAZ-TE ASSINANTE DE O Salto

A Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados é uma realidade!



Estamos a chegar ao fim da primeira grande realização desportiva do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados : a Taça da União.

O grande interesse provocado por esta manifestação do desporto popular, principalmente nos clubes da região de Paris, veio confirmar a justeza das conclusões da 1.ª Reunião Inter-Associativa, realizada em Fevereiro último, onde se dizia :

« A Taça da União tem de facto um papel de relevo no desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados; ela é, nesta fase, uma das nossas tarefas principais. »

A experiência que tivemos ao longo destes dois meses, nos jogos, nas reuniões, as impressões das direcções, jogadores e associados dos clubes, mostram que o desporto neste caso o futebol, é um meio de união e amizade.

Mas o certo é que, se quere-

mos avançar, se queremos que cada vez mais clubes se juntem a nós, é preciso que os nossos esforços se aliem e sejam coordenados. Assim, por iniciativa de clubes da região de Paris e como expressão dos esforços que atrás apontamos como necessários ao fortalecimento do M.T.P.E., foi criada a Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (F.D.T.P.E.).

A Federação é uma secção do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados que tem por fins, através da prática do desporto :

1) Preservar e melhorar as capacidades físicas dos trabalhadores portugueses.

2) Inculcar aos seus aderentes os princípios de camaradagem, amizade e união.

Os pontos que acabamos de referir são, pois, os guias principais da actividade da Federação Desportiva que terá, dentro da prática e do incremento do des-

porto popular, um papel de grande importância na união de todos os clubes, associações e de todo o povo emigrado.

Lancemos, pois, um apelo a todos os clubes e associações de trabalhadores portugueses emigrados que se dedicam à prática dum desporto para que se unam à Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados a fim de que, a partir de Setembro, possamos intensificar as actividades desportivas levando assim maior numero de clubes e trabalhadores a praticarem desporto verdadeiramente popular.

Para todas as informações escrever ou entrar em contacto com

M.T.P.E.

Secção desportiva

56, rue de la Fontaine-au-Roi
Paris - XI

ESPÍRITO DESPORTIVO

○ - Na eliminatória de região de Paris e a uma jornada do fim, o primeiro lugar desta classificação é ocupada pelo S.P.B. 17 ème seguido do C.J.T.P.P. Ivry

☆☆☆☆☆

O « MUNDO PORTUGUÊS » CONTRA

O MUNDO DO TRABALHO

Existem na emigração, como é do conhecimento de todos, indivíduos e organizações que a única coisa que pretendem é explorar, roubar e controlar politicamente os trabalhadores emigrados.

Estes conjunto de vampiros aproveitá-se de tudo para poder lançar as suas garras sobre os emigrantes e assim aumentar os seus lucros.

Neste momento, vendo que as suas manobras já não enganam ninguém mudaram de nome, arranjaram outras organizações e jornais.

É assim que o antigo jornal « Correio Português », de triste memória, passa a chamar-se « Mundo Português » tendo como director o mesmo « doutor ». Mudando a linguagem aparece agora a dizer que quer « acariñar e apoiar os clubes portugueses e o movimento associativo em França ».

Mas todas estas palavras, todas estas « boas intenções » não passam de puras mentiras. As páginas desse jornal mostram bem a quem ele pertence e a quem serve : Banco Português do Atlântico, Banco Pinto e Sotto Mayor, Banco Borges e Irmão, Banco do Brasil, TAP, Companhia de Seguros Império, Torralta, J. Pimenta, Agência Paris - Viagens (que é a sede do jornal) e, como não podia deixar de ser, ao Governo fascista através dos seus Consulados e Embaixadas.

Mas vejamos em promenor a pérfida política do « Mundo Português », ou melhor do « Mundo dos Bancos e Consulados », em relação as equipas de futebol.

Vendo que os trabalhadores

(Continua na pag. 8)

RESULTADOS

ELIMINATÓRIAS A REGIÃO DE PARIS

JOGOS EM ATRAZO

J.T.P.P. Ivry - Clichy (4 - 0)
P. Puteaux - A.E.P. Gentilly (0 - 1)
E.P. Gentilly - 17 ème (4 - 1)

segunda VOLTA

4 / 6

J.T.P.P. Ivry - 17 ème (1 - 0)
P. Puteaux - CLICHY (1 - 1)
I.P.F.C. - A.E.P. Gentilly (1 - 1)

11 / 6

17 ème - E.P. Puteaux (3 - 0)
CLICHY - U.P.C.F. (1 - 2)
E.P. Gentilly - VILLENEUVE (5 - 1)

18 / 6

J.P.C.F. - 17 ème (3 - 2)
VILLENEUVE - CLICHY (1 - 1)
J.T.P.P. Ivry - A.E.P. Gentilly (0 - 2)

25 / 6

C.J.T.P.P. Ivry - E.P. Puteaux (1 - 0)
VILLENEUVE - U.P.C.F. (0 - 2)
E.P. Gentilly - Clichy (6 - 0)

2 / 7

E.P. Puteaux - VILLENEUVE (a realizar)
J.P.C.F. - C.J.T.P.P. Ivry (6 - 1)
7 ème - A.E.P. Gentilly (1 - 2)



Os melhores desportistas e os primeiros classificados da eliminatória da região de Paris unidos.

Carta de um leitor

a vitória ou a derrota são momentâneas enquanto que a união é eterna

No último número de *O Salto* vinha inserido um pequeno artigo, com este mesmo título, que despertou, por parte de alguns camaradas nossos, vivas reacções que nos parecem bastantes interessantes.

Passamos a transcrever uma

das cartas, a que nos pareceu mais significativa:

« Li no último número do vosso jornal e ouvi na rádio que se andava a disputar um torneio entre equipas portuguesas. Chamou-me a atenção, porque habituado a ler e a ouvir em Portugal e mesmo em França os jornais e os programas da especialidade, senti uma profunda satisfação. Jogo futebol desde os 15 anos de idade e já em Portugal tinha grandes discussões com alguns amigos sobre o futebol e sobre o desporto em geral.

Eu jogava num clube da provincia e desde que comecei a dar os primeiros pontapés a sério, os dirigentes da equipa tentaram fazer de mim um espantalho. Repetiam-me todos os domingos : « Temos que ganhar de qualquer maneira ». Não interessava como - o que eles queriam é que a equipa ganhasse ! Ao principio eu achava aquilo normal, pois ainda não tinha os olhos abertos para ver toda aquela engrenagem. Depois, comecei a interessar-me

mais pelos assuntos do clube, comecei a ver as cenas desagradáveis que, de domingo a domingo, se

(Continua na pag. 8)



CLASSIFICAÇÃO GERAL

Classificação a uma jornada do fim da eliminatória

	J	V	E	D	B	P
1º A.E.P. Gentilly	12	10	2	0	39-10	22
2º U.P.C.F. F.S.Antoine	11	8	2	1	31-17	18
3º C.J.T.P.P. Ivry	11	4	1	6	13-20	9
4º S.P.B. 17 ème	11	3	2	6	24-26	8
5º CLICHY	10	3	2	5	12-26	8
6º VILLENEUVE	9	1	3	5	11-22	5
7º E.P. Puteaux	10	1	2	7	11-22	4

O MUNDO DOS BANCOS...

(Continuação da pág. 7)

Como não podia deixar de ser « O Mundo dos Bancos e Consulados » apela para o governo fascista de Caetano, para que este « apoie » os clubes portugueses em França, indo até ao ponto de pedir uma « medalha de mérito desportivo » para o clube que tiver « melhor figura nas competições francesas ».

portugueses emigrados se associam para praticar desporto, eis que esses senhores aí estão, prontos a pôr em marcha a sua máquina de negócios e a sua política fascista no seio dos trabalhadores. Enchem umas quantas páginas com fotografias de clubes, não se esquecendo de dizer que põem uma página do jornal à disposição de um clube se este vender 300 jornais...

Prometem equipamentos com o único fim de os jogadores desse clube envergarem uma camisola com um anúncio de uma firma qualquer que esteja interessada na exploração das economias dos trabalhadores emigrados; promovem torneios e taças com o mesmo fim e incitam os clubes de trabalhadores à cega competição desportiva com o único fim de poderem dividir praticantes e espectadores, de transformar as iniciativas dos trabalhadores em organizações ao seu serviço.

Aqui está, pois, a verdadeira face da pérfida política dos senhores que já em Portugal viviam a nossa custa. Eles querem que as direcções dos clubes e as suas actividades sejam controladas pelo governo fascista para assim impedirem que direcções e associados possam desenvolver uma actividade associativa verdadeiramente independente tanto no aspecto desportivo como cultural. Eles querem, pois, transformar o desporto popular, meio de união dos trabalhadores, num desporto de competição ao serviço das grandes empresas e do seu governo.

Não, senhores do « Mundo Português », as vossas ladeinhas os vossos artigos ociosos, as vossas « promessas de mau pagador » já não enganam os trabalhadores emigrados. Hoje, cada vez mais, as associações e clubes recusam a pata opressora do capital e as organizações independentes levam a bom termo o desenvolvimento de um verdadeiro desporto e de uma verdadeira cultura popular.

HÁ QUE CONTINUAR

(Continuação da pág. 1)

truir a independência das associações e clubes. Como ficou provado, nós não precisamos de patrões ou doutores para gerir um clube. Em conjunto, discutindo e ultrapassando as nossas dificuldades, daremos a esses parasitas o lugar que merecem — o caixote do lixo.

Há pois que continuar! A vontade firme das direcções, jogadores e associados que até hoje têm feito da Taça da União um grande sucesso, deve redobrar e fazer com que a luta que hoje travamos — pela formação e desenvolvimento de clubes independentes, pelo reforço da nossa união e por um desporto onde a amizade se sobreponha à competição — seja, num futuro próximo, coroada de êxito.

A grande festa inter-associativa que se irá realizar por altura da final da Taça da União será a primeira grande manifestação popular dos trabalhadores portugueses emigrados e é também o resultado da forte união que hoje começamos a cimentar.

Como dizíamos atrás, há pois que continuar.

As pedras que hoje lançamos, quer no aspecto cultural, quer no social, quer no desportivo, serão as bases fortes da inquebrantável União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

a mulher emigrada

ÉRAMOS CAMPONESAS



— « Eu venho do Baixo Alentejo. Andava a trabalhar à jorna, mas o patrão comprou umas máquinas modernas e a gente veio para a rua; só ficaram os que sabiam lidar com elas. As mulheres ficaram todas sem trabalho. »

— O que fizeram depois ?

— « Ora, o que é que havíamos de fazer ? ... Uma parte instalou-se na margem Sul de Lisboa, Baixa da Banheira, Barreiro, Cova da Piedade, para trabalharem nas fábricas; Outra parte veio para França onde trabalhamos naquilo que se arranja: na fábrica, a servir, nas limpezas, etc... »

Tu não vês que no Baixo Alentejo não há fábricas, não há nada ? As aldeias da região são metade do que eram, só há velhos. Apenas algumas vilas têm ainda um pouco de vida. Hoje as raparigas deixam o campo para aprenderem a costura e só lá voltam em certas épocas do ano, por exemplo quando da apanha da azeitona, da ceifa ou da monda. O resto do tempo estão em casa numa modista, sem ganhar, para aprender o ofício. Mas como eu disse há pouco, a sua maioria deixa a terra. »

A mulher com quem estou a falar é jovem, e chegou a França há pouco mais de um ano. Aqui, trabalha numa fábrica a quando eu lhe peço para me falar da vida das mulheres do campo no Alentejo é com entusiasmo que o faz.

— « É preciso que todos saibam a miséria em que vivemos », diz ela.

De Norte a Sul do País, o desenvolvimento da produção capitalista nos campos provoca uma situação de desemprego.

No Norte, os pequenos proprietários que não têm dinheiro para adquirir máquinas agrícolas ou cujos campos são tão pequenos que não é rentável comprá-los, não conseguem resistir à concorrência dos grandes lavradores que, mecanizando a agricultura, aumentam as colheitas conseguindo assim baixar os preços dos produtos. Num

caso ou no outro a concorrência é a mesma: endividados até ao pescoço, os pequenos proprietários, os camponeses pobres, acabam por ter que vender a terra a preços miseráveis ou a hipotecá-la, e vão engrossar as fileiras do proletariado, quer dizer, vão trabalhar para as fábricas.

No Sul, onde a maioria dos camponeses são operários agrícolas, a mecanização da agricultura provoca também o desemprego: as máquinas substituem os homens e as mulheres forçando-os a procurar sustento nas grandes cidades ou no estrangeiro.

Assim, nós vemos que a introdução dos novos meios técnicos, a mecanização do trabalho, que nas sociedades onde não existe a exploração de uma classe por outra é factor de bem-estar para os trabalhadores, permitindo-lhes deixar de fazer as tarefas mais pesadas e difíceis, na sociedade capitalista é causa de desemprego, e portanto de miséria.

As mulheres são as principais vítimas desta situação. Sem qualificação alguma, com a introdução das debulhadoras, das ceifeiras mecânicas, dos tractores, etc..., as mulheres são os primeiros trabalhadores a serem lançados para o desemprego.

Perguntei então à nossa camarada, que tipo de trabalho fazem as mulheres no Alentejo.

— « No Alentejo, respondeu ela, as mulheres trabalham sobretudo na ceifa, na monda, na apanha da azeitona e do grão e também na vindima. O trabalho é pesado; por exemplo, o grão só se pode apanhar de noite, por causa das doenças de pele, de modo que as mulheres vão para o campo por volta da meia-noite ou uma hora e lá ficam até ao nascer do sol. »

Apesar de fazerem o mesmo trabalho, por exemplo na monda, as mulheres ganham menos do que os homens. Porquê? Porque o trabalho das mulheres é visto como de inferior qualidade. Uma mulher pode matar-se a trabalhar

mas o patrão pagar-lhe-à menos do que a um homem que tenha feito o mesmo trabalho. Com o pretexto de que há certas tarefas que a gente não pode fazer, os patrões pagam-nos como se fôssemos trabalhadores de categoria inferior.

Em casa, quem faz o trabalho todo somos nós. Os homens quando chegam do trabalho vão para a adega ou para o largo da aldeia, nós ficamos a preparar o jantar; depois do jantar, os homens vão ver televisão, nós ficamos a arrumar a casa.

É assim todos os dias. »

No Norte, a vida das mulheres é diferente: uma grande parte dos camponeses têm um bocado de terra sua, por pequeno que seja. Assim, quando o homem trabalha fora, à jorna, ou na fábrica é a mulher que trata da terra: é ela que lava, que semeia, que trata dos animais. Esta situação dá à mulher uma autoridade social que a mulher alentejana não tem. Em contrapartida, o seu horizonte limita-se à sua terra, à sua família; a falta de relações de trabalho com outros camponeses cria nela um espírito individualista que não se encontra na camponesa alentejana. Daí a maior participação nas lutas camponesas das mulheres alentejanas.

Mas não esqueçamos que as

mulheres do Norte são também duramente exploradas: a sua miséria é extrema, e só ao preço de um labor árduo e constante conseguem sobreviver. A sua capacidade de luta é portanto imensa como o provam aliás certas greves nas fábricas onde trabalham camponesas ou filhas de camponeses do Minho, da Beira Litoral e do Douro. A recente greve da Grundig em Braga é um exemplo da sua coragem e da sua combatividade.

Hoje em Portugal, de Norte a Sul do país, as mulheres camponesas são exploradas e esmagadas pelo peso das superstições e tradições que tentam amarrá-las para sempre à sua situação de escrava: mas nós sabemos que as camponesas de Portugal saberão libertar-se de todas estas amarras e marcharão lado a lado com todo o nosso povo nas suas lutas.

Amanhã, quando em Portugal O Governo democrático-popular dos operários e camponeses distribuir as terras a quem as trabalha, as camponesas serão das mais tenazes defensoras do novo poder.

Da nossa União, da União revolucionária dos homens e mulheres do povo, depende a vitória da nossa luta.

ESCLARECIMENTO A UM COLABORADOR ...

(Continuação da pág. 3)

rece importante é de que a União não venha a cair na frequente « tirada portuguesa » de ter os seus emigrantes intocáveis, com a sua verdade, como se tratasse dum monopólio.

Tudo isto não passa de breve apontamento, já que o futuro desta iniciativa se irá concretizar na prática e não pelos « discursos de princípios ou pelos programas bem recheados ».

ESCLARECIMENTO

Começamos, pois, por aquilo a Sarmiento aponta a O Salto: « um conteúdo triunfalista », « uma linguagem para iniciados », um jornal « um pouco voltado para o discurso político ». Pena é que o articulista do Notícias da Amadora não acompanhe as suas palavras de exemplos. Mas, no entanto, pensamos que, em relação à primeira crítica, Soeiro Sarmiento faz uma confusão entre « triunfalismo » e um realismo transformador. O Salto não tem um conteúdo onde apresenta a realidade limitando-se a criticá-la, mas vai mais longe pretendendo sempre mostrar que é possível transformá-la.

Quanto à « linguagem para iniciados », consideramos que o erro é não ter confiança nas massas emigradas e usar uma forma populista e « popularacha ». O Salto

tem uma linguagem fácil e séria e a prática mostra que, quanto mais nos aprofundamos neste aspecto, mais apoio encontramos.

Vejam sempre a acusação de « discurso político ». Não sabemos muito bem onde Soeiro Sarmiento quer chegar, mas se com isso quer dizer que O Salto chama as coisas pelos seus nomes e tenta explicá-las até ao fim, então achamos que as palavras foram mal empregues.

Em relação às « dúvidas » que consideramos questões importantes, no tocante à União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, consideramos que o ponto mais relevante que há imediatamente a esclarecer é que a existência da União será independente da sua direcção. Se a direcção da União for sectária, será necessário combatê-la pois isso, como Soeiro Sarmiento parece estar de acordo, é contrário à defesa dos interesses dos trabalhadores. Concereteza que dentro da União haverá ideias diferentes, e nós somos da opinião que a única maneira de a fazer ir mais longe é promover a luta franca e aberta de todas as opiniões existentes no seio das massas emigradas.

Quanto à questão do « apoio à luta popular em Portugal » e da « participação dos emigrantes na vida operária dos países onde se encontram », por um lado é preciso compreender bem que, se a União apoiará ou não a luta popular em Portugal, dependerá da orientação da sua direcção e do trabalho que até lá for feito. A União existirá independentemente disso e os emigrantes encontrar-se-ão unidos no seu seio porque têm problemas específicos de tipo social e cultural, enquanto que emigrantes. Por outro lado, o emigrante faz parte da classe operária do país onde trabalha e portanto deve estar nas organizações verdadeiramente operárias que defendam e lutem pela sua emancipação.

Em relação à tendência paternalista que existe em certos sectores da emigração, de « fazer coisas para os emigrantes » a que Soeiro Sarmiento aponta no seu artigo, achamos que esta tendência deve ser altamente combatida, pois é uma prática desastrosa e maléfica para os trabalhadores.

AUSTRÁLIA

(Continuação da pág. 4)

lbada! O governo exige um certificado de aprendizagem de pelo menos 8 anos e ainda por cima a situação dos trabalhadores australianos é bastante difícil, pois segundo a T.V. e os jornais, há actualmente 120 000 desempregados; conbeço pessoas que não têm trabalho há três meses.

Os operários não têm protecção alguma e o patrão pode admitir um empregado num dia e despedi-lo no outro, livre de qualquer problema. Eu digo-vos: não aconselho ninguém a vir para cá ! »

As palavras deste nosso camarada são bem elucidativas da situação difícil em que se encontram

todos aqueles que acreditaram nas promessas falsas dos « engajadores » australianos. As injustiças sociais, a exploração, as privações que sofrem os emigrantes são comuns a todos os países onde reina o capitalismo. Os « grandes salários », as « boas condições de vida » e as « facilidades » que o governo australiano diz oferecer aos emigrantes não passam de uma isca para apanhar os mais desprevidos. Aproveitando-se das dificuldades que os emigrantes têm em voltar à Europa, a burguesia australiana explora-os desenfreadamente, impondo-lhes as mais duras condições de vida.

Alerta pois, camaradas, com as falsas cantigas dos « engajadores » australianos.

a vitória ou a derrota ...

(Continuação da pág. 7)

iam passando entre os jogadores e até entre a assistência por causa dos dois pontos e dos prémios de jogo — e fui tirando as minhas conclusões.

Os donos do clube, cujo nome não vale a pena dizer, eram dois grandes patrões que empregavam umas centenas de operários lá da região. Na direcção havia mais três indivíduos, um dos quais era o contabilista de uma das fábricas, de quem se podia dizer ser o mais « fanático ». Ele é que andava sempre a dizer aos jogadores que era preciso ganhar, que o patrão dele era muito bom

porque dava muito dinheiro para o clube, etc., etc.

Então comecei a ver que quem estava interessado nas vitórias da equipa eram os patrões, pois não sustentavam o clube para lá enterrarem o dinheiro.

O dinheiro que eles lá punham era um empate de capital que lhes dava rendimentos, pois os operários eram enganados com toda aquela história do futebol para não falarem doutra coisa durante a semana.

Eu nunca vi o desporto assim. Quando comecei a praticar era com aquele gosto de me distrair e fazer exercício físico e não com o intuito de matar o adversário,

se tal fosse preciso, para ganhar. Quando me convidaram para ser profissional e espantinho daqueles senhores, abandonei o clube e passei a jogar numa equipa de rapazes conhecidos.

Foi por isso que quando li o artigo do vosso jornal fiquei satisfeito de ver que havia pessoas que entendiam o desporto como eu o via.

Acho que deviam continuar a fazer artigos como esse, pois assim chegaremos a um dia em que acabaremos com esses parasitas que vivem dum desporto cujo fim é criar rivalidades entre o povo que pratica e assiste aos jogos. »

guerra colonial

ENTREVISTA COM OS CLACS « VENCERÃO »

« NÓS APOIAMOS TODOS OS JOVENS QUE NÃO FIZERAM A GUERRA COLONIAL »

Numa altura em que o debate sobre a maneira de lutar contra a guerra colonial interessa vivamente todos os anti-colonialistas portugueses, pareceu-nos da maior importância ouvir os Comitês de Luta Anti-Colonial e Anti-Imperialista (CLACS). Não foi com facilidade que esta entrevista foi feita, pois processando-se a luta anti-colonial em Portugal na clandestinidade mais absoluta, levou-nos longos meses a obtermos as respostas. Daí, por exemplo, falar-se da manifestação de 19 de Fevereiro.

A UNIDADE MAIS LONGA

O Salto - Quando foram criados os CLACS? E que acção já desenvolveram até hoje?

CLACS - A nossa organização foi criada em princípios de 1970, por anti-colonialistas e anti-imperialistas de várias tendências. Existindo ao princípio sobretudo no meio estudantil, os CLACS organizaram logo após a sua criação a primeira manifestação feita em Portugal contra a Guerra Colonial precedida de uma longa campanha de explicação através de tarjetas e vinhetas. Em 21 de Fevereiro de 1971 esta manifestação repetiu-se.

Acabamos de publicar o primeiro número do nosso jornal « Vencerão! » e estamos a preparar uma manifestação para o dia 19 de Fevereiro.

Os CLACS estão abertos a todos que estejam de acordo com o seu manifesto, independentemente das suas opiniões políticas ou religiosas. No entanto, este ano não foi possível organizar uma unidade tão larga como nos anteriores pois perdemos o contacto com uma das organizações com que nos tínhamos unidos em anos anteriores. Essa organização mudou de nome e agora recusa-se a reconhecer ser a organização com que nos tínhamos unido nos anos anteriores.

O Salto - Tendo a Luta de Libertação Nacional começado em Angola em 1961, como é que se explica que só 9 anos mais tarde tenha aparecido em Portugal uma organização específica contra a guerra colonial?

CLACS - A razão de tal traição à luta dos povos das colónias encontra-se estreitamente relacionada com o problema da traição à luta do povo português.

É que, em 1961, o movimento anti-fascista em Portugal não tinha no seu seio nenhuma força verdadeiramente popular e encontrava-se submetido em todos os seus aspectos à linha de unidade com a burguesia liberal. Eram pois os interesses desta que dominavam o conjunto da luta. Ora, a burguesia liberal portuguesa desenvolveu-se à custa da exploração dos povos das colónias e vê com muitos maus olhos a independência total de Angola, Guiné, Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor.

A prova desta subordinação dos interesses dos trabalhadores aos da burguesia liberal é o apelo lançado em 1961 na Beira Litoral pela mais forte das organizações anti-fascistas portuguesas da altura, onde se podia ler esta afirmação: « Trabalhadores mostremos aos vossos patrões que só a independência de Angola serve os seus interesses », e onde era explicado aos capitalistas que uma vez « independente », Angola « se tornará de facto um mercado para os seus artigos ».

Foi preciso pois primeiro aparecerem em Portugal forças populares organizadas consequentemente anti-colonialistas, para que a luta

se pudesse começar a desenvolver.

INDEPENDÊNCIA PELA NEGOCIAÇÃO OU PELA GUERRA POPULAR?

O Salto - Como analisam os CLACS as posições actuais da chamada « oposição » em relação à guerra colonial?

CLACS - A burguesia liberal portuguesa não modificou em nada a sua posição fundamental em relação à Luta de Libertação Nacional dos povos sob domínio colonial português. Isto é tentar impedir que a exploração colonial seja vencida de uma vez para sempre. No entanto, eles compreendem que a luta de libertação vai triunfar e tentam obrigar os povos das colónias a aceitar uma falsa independência. Isto é, a substituírem um governo colonialista branco por um governo de fantoches negros ao serviço dos colonialistas. Em resumo, tentam impor o neo-colonialismo.

Esta é a posição da burguesia liberal e de todas as forças que gravitam à sua volta tentando conquistar-lhe as simpatias. É a posição de indivíduos estilo Mário Soares, que diz « Não à guerra », « Não ao abandono ». É o caso da C.D.E. de Lisboa, que, no seu programa político, fala de « ligações que conviria salvaguardar » entre Portugal e as colónias e onde se refere à « colaboração de Portugal, no ponto de vista cultural na obra de civilização efectuada » (!).

Estas forças, que até se dizem defensoras da causa da classe operária, preconizam as negociações como via para a independência. Os CLACS não são contra as negociações. Mas as negociações não são uma via para conquistar a independência. Elas são um meio, numa altura em que o exército colonial estiver em derrocada, para abreviar a luta e poupar sacrifícios aos povos sob domínio colonial. Mas negociações numa altura em que os colonialistas não se sentam à mesa como vencidos mas ainda numa situação de força, é tentar obrigar os povos das colónias a adoptarem uma falsa independência.

A nossa posição é toda outra, como vem expresso no projecto do nosso manifesto: *A Guerra Popular Prolongada levada a cabo pelos povos oprimidos é em contrapartida uma purga que varre, lenta mas eficazmente, o exército colonial, a administração colonial, e os fantoches do neo-colonialismo, e*

uma força que, lenta mas solidamente, edifica o seu Exército Nacional de Libertação, organiza o Estado Nacional e Popular, e forja os quadros à altura de se baterem pela independência completa e construir o seu país.

IR OU NÃO IR A TROPA

O Salto - Qual é a posição dos CLACS no que se refere à questão da deserção?

CLACS - O movimento de deserção que se estabeleceu de uma forma espontânea, enfraqueceu o exército colonial na medida em que o priva de numerosos soldados e oficiais milicianos. A posição que consiste em dizer que se deve ir fazer a Guerra Colonial sob o pretexto de fazer propaganda contra a guerra no seio do Exército é de facto servir o Exército Colonial. Não é por acaso que esta posição é defendida pelos mesmos que defendem a « via das negociações ».

O errado desta posição é devido a três factores principais:

1) O facto de não existir no seio do exército uma organização popular;

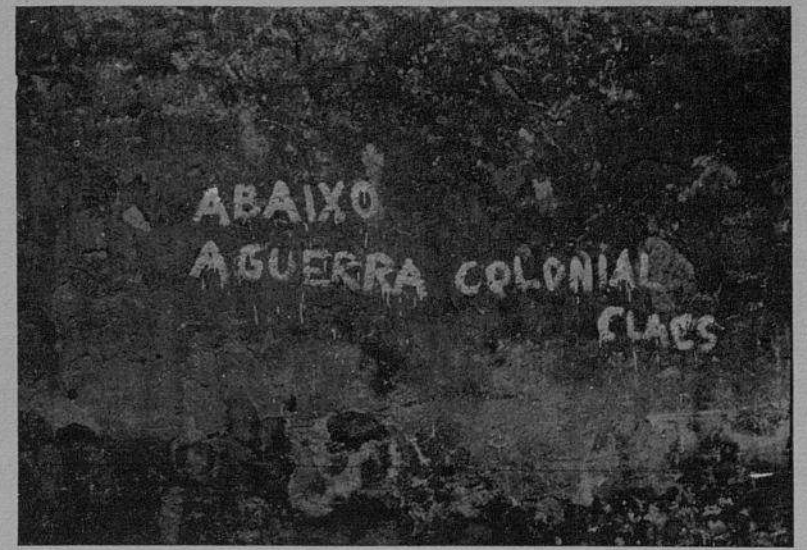
2) Porque o movimento de deserção se estabeleceu de uma forma espontânea;

3) Porque a Guerra Colonial portuguesa se passa a milhares de quilómetros de Portugal, e isso faz com que a burguesia portuguesa perdendo a Guerra Colonial, não perderá só por isso o controle sobre o exército.

No entanto a deserção não destruirá o exército imperialista português. Este, seriamente abalado pela Luta de Libertação Nacional dos povos das colónias, só será destruído pela Guerra Popular em Portugal.

Ora, para que o Exército Popular português se forme, é preciso que o povo português aprenda a manejar as armas. Indo para o exército, a juventude trabalhadora aprende a manejar as armas. Esta é uma das razões pela qual é necessários que os jovens entrem para o exército e só desertem quando tiverem que embarcar. Outra razão é que a juventude portuguesa, não emigrando e ficando em Portugal até partir para a guerra, pode participar na luta geral do povo português e em particular na propaganda anti-colonial no seio do exército.

Esta posição dos CLACS não nos impede de apoiar resolutamente os jovens desertores, refractá-



rios e insubmissos portugueses que já estão no estrangeiro ou que possam ainda vir a partir, sem distinção. É que de qualquer modo não fazer a tropa é um mal menor que partir para a Guerra Colonial.

Os CLACS condenam os recentes acordos da emigração estabelecidos entre os imperialismos português e francês e apelam aos anti-colonialistas no estrangeiro para que se mobilizem contra eles.

HELICÓPTERO ABATIDO

Rádio Tirana anunciou que no dia 8 de Junho um helicóptero português carregado de armas foi abatido quando sobrevoava o território da República Popular do Congo.

QUANDO OS FASCISTAS

FALAM DE

« BARBARIDADE »

Com que direito pode o Estado fascista português acusar a República Popular do Congo de barbaridade, afirmando que o helicóptero abatido ia levar auxílio a um doente no interior de Angola, quando um dos seus representantes em Moçambique, o general Kaulza de Arriaga, criminoso de guerra e racista, queima aldeias inteiras com napalm, assassinando milhares de pessoas só porque são negros e lutam pela independência?

Com que direito pode o Estado fascista português acusar a República Popular do Congo de barbaridade, afirmando que o helicóptero abatido ia levar auxílio a um doente no interior de Angola, quando em Bissau no dia 11 de Junho de 1972, na Praça do Império, o general Sá Viana Rebelo, Ministro da Defesa e do Exército, entregou ao general António Spínola, outro criminoso de guerra, a medalha de ouro de Valor Militar com Palma, por todo o sangue que ele fez correr na Guiné? Sangue de operários

e camponeses portugueses que morreram em vão numa guerra injusta e que serão esquecidos pela História. Sangue do povo da Guiné que arma na mão luta por uma causa justa — a libertação da sua situação de escravos e se ergue como um brandão nas trevas do colonialismo para expulsar do seu país os generalotes, chamem-se eles Spínola ou Kaulza. Mas, a burguesia fascista portuguesa, além de ser uma fera sangrenta, bárbara e criminosa, é covarde e mente para esconder a sua real situação. Mas, as mentiras não têm a vida longa. A propaganda dos fascistas ardeu frente às acusações precisas das autoridades da República Popular do Congo: o helicóptero abatido, cujo piloto foi capturado, estava cheio de armas. Eis a verdade. Em lugar de trazer a vida, como a burguesia pretende fazer crer, levava a morte, para que a rapina imperialista em Angola possa prosseguir.

O governo da República Popular do Congo declarou que está pronto a defender o seu território sagrado de todas as invasões.

ABAIXO O COLONIALISMO

ANGOLANIZAÇÃO DA GUERRA

Num documento publicado pela UNITA (UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA), este partido declara que, nos recentes combates travados com o exército colonial português, as forças da UNITA tiveram de confrontar unidades compreendendo mais de 75% de soldados fantoches africanos, enquanto que anteriormente as forças colonialistas eram compostas essencialmente por soldados portugueses. Isto confirma, segundo a UNITA, que o regime de Caetano tenta transformar o carácter da Guerra colonial, recorrendo à « angolanização » (isto é, fazer combater os angolanos por angolanos) do conflito. Não é difícil adivinhar com quem aprenderam os colonialistas portugueses estas « lições »; o « mestre » não foi outro senão o imperialismo americano.

Porém, tal como a « vietnamização », tentada pelos imperialistas americanos, não impede o povo vietnamita de alcançar vitórias cada vez mais retumbantes, também a « angolanização » não conseguirá salvar os colonialistas portugueses da derrota — pois a guerra do povo é invencível.



Dirigentes do M.P.L.A. preparam uma acção de guerra contra os colonialistas.



Andrei Alexandrovitch Jdanov nasceu em 1896, em Mariopol. Desde os 19 anos destaca-se como defensor activo da causa do proletariado, tomando parte, em 1917, na Revolução de Outubro, que fez da União Soviética o primeiro país em que os trabalhadores tomaram o poder de Estado.

Dadas as suas qualidades de defensor dos interesses dos trabalhadores soviéticos, cedo lhe são confiados cargos de responsabilidade, tais como o da instrução política dos soldados do Exército Vermelho e o da direcção da organização de Leninegrado.

Nesta cidade ataca violentamente os elementos que pretendiam privar os trabalhadores da direcção do Estado Soviético. Ele exige o cumprimento das decisões tomadas pelos operários e luta para que estes se unam cada vez mais em torno dos seus dirigentes. Jdanov foi também encarregado da organização da defesa de Leninegrado durante a Grande Guerra Nacional (guerra de resistência do povo soviético aos exércitos invasores hitlerianos).

Mais tarde, e até à sua morte,

A vida e a obra de ANDREI JDANOV

em 1948, ocupa o cargo de secretário da Comissão Central do partido dos operários soviéticos.

Jdanov foi também um notável militante do movimento operário internacional. Os seus discursos sobre a política interior da União Soviética e a situação internacional eram amplamente conhecidos dos trabalhadores de todo o mundo.

Dentro do seu país, sempre se preocupou com o combate à ignorância e a todas as ideias contrárias aos interesses do povo soviético, sobretudo no que diz respeito à cultura popular.

Indicando aos trabalhadores da cultura que a política do partido do proletariado soviético e os interesses do povo e do Estado soviéticos deviam inspirar toda a sua actividade, ele apontou como tarefa principal o combate pela instrução, a luta contra a ignorância e as concepções erradas no domínio da cultura.

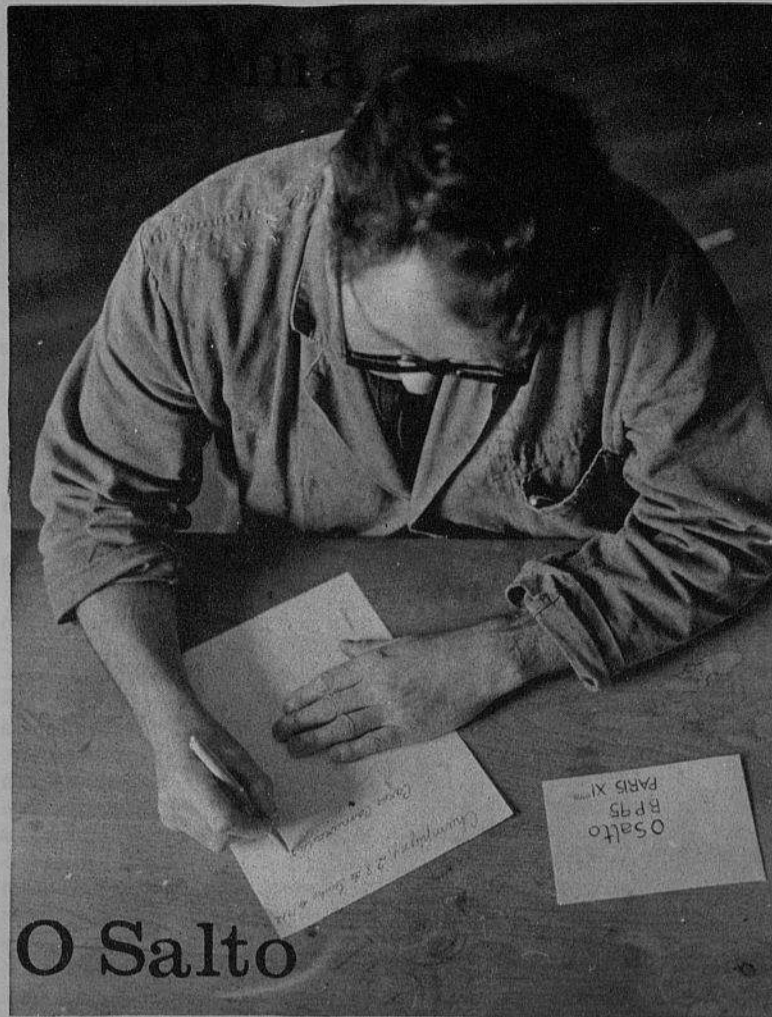
Jdanov sublinhou a imensa importância dos ensinamentos a tirar da cultura dos outros países assim como da tradição da cultura progressista soviética, quando posta ao serviço da construção duma cultura nova, socialista, no país dos soviéticos.

Jdanov deu uma grande contribuição à teoria da literatura e arte proletárias. Logo em 1934, no seu discurso ao I Congresso dos escritores da U.R.S.S. indicou as tarefas da literatura soviética e expôs os princípios do realismo socialis-

ta, defendendo a sua aplicação à literatura, à crítica literária e à arte proletárias. O realismo socialista exige a representação verídica, historicamente concreta e capaz de educar os trabalhadores no espírito do socialismo. Jdanov sublinhou a importância da forma.

« O povo soviético já tem gostos e exigências mais elevadas e exige obras inspiradas nas grandes ideias, mas que também promovam um elevado valor artístico ».

Jdanov foi durante toda a sua vida, um incansável defensor das ideias dos povos da União Soviética e de todo o mundo; ele combateu implacavelmente todos os que, tanto em teoria como nas suas actividades, minavam a vontade de ferro e o entusiasmo dos povos da U.R.S.S. pela edificação socialista do seu país. Não nos admira, portanto, que ele seja atacado hoje tão odiosamente por aqueles que já no seu tempo tentavam submeter o povo soviético ao jugo da burguesia e os que temem que os trabalhadores de todos os países tomem em mãos o seu destino.



BÉLGICA

O GRUPO CULTURAL DE «O Salto»

Há cerca de dois meses e meio deu-se início à formação do Grupo Cultural do Salto na Bélgica. O Grupo esta interligado ao jornal e ao M.T.P.E. (Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados) e tem como função dar festas de apoio ao jornal e desenvolver actividades culturais e recreativas.

Logo de início ele traçou o caminho a seguir: «Apoiar-se na verdadeira arte popular, desenvolvê-la e marcar bem a diferença entre a arte popular e a arte burguesa.

Foram apresentadas canções de luta pelo coro « 18 de Janeiro » e a peça de teatro « O Auto do Curandeiro » de António Aleixo, além de outros temas.

O Grupo está em pleno desenvolvimento. Uma nova peça de teatro vai ser ensaiada, o coro melhorado e estão em preparação outras actividades culturais e recreativas além das já citadas.

A criação do Grupo foi, sem dúvida, um grande passo em frente se olharmos a que, até então, só existia na Bélgica um pequeno



Festa organizada em Waterschei pelo Grupo Cultural do Salto na Bélgica

Os burgueses fazem tudo para nos tapar os olhos e chegam ao ponto de apresentar certas obras de arte como populares. Por isso, é preciso combater a arte dos burgueses. É preciso saber fazer bem a diferença entre as obras de arte que servem os nossos interesses e as que servem os burgueses e seus amigos ».

Apesar de no seu conjunto o grupo ter ainda pouca experiência, dificuldades e deficiências, como é natural num começo, é de salientar a força de vontade dos seus componentes e o trabalho por eles desenvolvido. Apenas em dois meses e meio, partindo do nada, formaram um grupo de teatro e um coro e deram três festas na Bélgica. Em Março, em Liège e em Poulseul e em Abril, em Waterchei.

número de colaboradores do Salto que tinham como função apenas a venda do jornal. Enquanto que nos outros países havia já associações formadas que além da venda do jornal desenvolviam larga actividade.

Assim, o grupo abriu o caminho para o trabalho no sentido de unir os trabalhadores portugueses emigrados na Bélgica aos dos restantes países para a criação da grande União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

VIVA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS!

EM FRENTE NO CAMINHO DA NOSSA UNIAO!

Os I Jogos Florais Portugueses



AO TRABALHO, ARTISTAS POPULARES!

Os Jogos Florais Portugueses organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados estão a despertar um grande entusiasmo por parte de associações e clubes, artistas populares e desportistas. Os Jogos Florais, a realizar na primavera de 1973, incluem várias actividades: grupos de teatro, ranchos folclóricos, grupos corais, cantores individuais, pintura, poesia, contos, fotografia, desporto, etc. Dado os poucos meses que nos separam dessa grande realização de união popular e de convívio, um grande número de associações, clubes e artistas populares lançaram-se já ao trabalho, a preparar a sua participação nos jogos. Outros, estão a discutir os seus projectos e não tardarão a lançar-se ao trabalho.

O Salto recolheu algumas impressões sobre a actividade dos clubes e associações na preparação dos Jogos Florais.

O Clube dos trabalhadores de Campiègne prepara um rancho folclórico e projecta organizar outras actividades, com as quais irá participar nos Jogos.

O Encontro Português de Puteaux lançou, através da sua Assembleia Geral, um apelo aos seus sócios para a participação nos Jogos, quer em grupos quer individualmente.

O grupo cultural d'O Salto na Bélgica prepara a sua participação nos Jogos Florais com um grupo de teatro, com o Coro 18 de Janeiro e com outros grupos corais e artistas populares individuais.

A Associação Resistência e Trabalho, de Amsterdão, prepara a sua participação com um grupo

de teatro, com declamação de poesia, etc.

O Clube Português de Cher, de Bourges, prepara também um rancho folclórico.

O Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, com sede em Ivry, procura neste momento organizar um grupo de teatro e um rancho folclórico.

O Coro 1.º de Maio, de Paris, está já a incluir novas canções à sua participação nos Jogos Florais.

Outros artistas populares — poetas, cantores, pintores, etc. — preparam igualmente as suas obras.

Os I Jogos Florais Portugueses vão ser uma importante manifestação popular que contribui para aproximar os trabalhadores portugueses e para revelar os valores culturais do povo. Por isso, tu que tens qualquer coisa a dizer, não hesites. Se precisares de alguma informação, escreve para o nosso jornal. E mãos às obras.

AVISO

ROMPENDO O MURO DA CENSURA FASCISTA
Devido a dificuldades técnicas não nos foi possível publicar a tempo, a folha onde vinha enserido este artigo.
Acontecerá, que os primeiros números desta tiragem, estarão privados desta folha. No entanto, todas as pessoas que tenham adquirido o nosso jornal sem este artigo poderão recebê-lo gratuitamente, reclamar na nossa sede: 56 rue de la Fontaine-au-Roi Paris XI ou escrevendo para «O Salto», B.P. 95 Paris XI

CONHECE OS CLUBES DE TRABALHADORES

FRANÇA

IVRY

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

25, rue Cristophe Colomb Metro Pierre Curie

TROYES

União Recreativa « Os Lusitanos »

39, rue de Freize 10 - Troyes

PUTEAUX

Associação «Encontro Português »

20, rue du Centenaire 92 - Puteaux

NANTES

Associação dos Trabalhadores Portugueses de Nantes

9, rue des Hauts - Pavés 44 - Nantes

BOURGES

Clube Português do Cher

5, rue de la Thaumassière 18 - Bourges

HOLANDA

Associação Resistência e Trabalho

Brink 1 A - Amsterdão

ALEMANHA

Centro Português de Neuss

404 Neuss - 8 Postfach 923